



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**

**(Mandato 2021-2025)**

**ATA N.º 5/2023**

**Reunião Ordinária Pública, de 14 de dezembro de 2023**

**Local:** Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

**Mesa:**

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Manuela Gonçalves Romão

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

**Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:**

- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa;
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PSD);
- Ângelo Filipe Silva Pereira (PS);
- António Manuel Almeida Brito (PSD);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PSD);
- Elsa Maria da Cruz Ribeiro (PSD);
- Gisela Sofia Viegas (PS);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CHEGA);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PSD);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Maria João Teixeira Dias dos Anjos (PS);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);



- Muriel Cristina Dias Neto (PSD);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PSD);
- Virgílio António de Horta (PS);

**Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:**

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias

**Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:**

- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PSD);
- Liliana Ribeiro Fernandes (PSD);
- David Martins (PS);
- João Pedro Rolo Correia (PSD).



--- Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- **Presidente da Assembleia Municipal** José Manuel Madeira Guerreiro declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas. -----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, os deputados municipais, os presidentes de junta, o público presente e o que estava a assistir via *Facebook*, os funcionários da biblioteca, os serviços de apoio, os técnicos de informática e os de som e imagem. -----

--- Disse que tinham sido solicitados três pedidos de substituição pela bancada do Partido Social Democrata (PSD), dos deputados municipais: Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Liliana Ribeiro Fernandes e João Pedro Rolo Correia respetivamente; dois pedidos de substituição pela bancada do Partido Socialista (PS): Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves e David Martins respetivamente. -----

--- Mencionou que um dos pedidos de substituição foi da primeira secretária Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves pelo que solicitou à Líder da bancada do Partido Socialista que indicasse quem a iria substituir. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e todos os membros da Assembleia Municipal. -----

--- Em resposta à solicitação do pedido de substituição da Primeira Secretária Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, indicou a Deputada Municipal Maria Manuela Romão -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Segunda Secretária, Muriel Cristina Dias Neto que efetuasse a chamada. -----

--- **Presenças:** Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, António Manuel Almeida Brito, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria Manuela Gonçalves Romão, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Sónia Margarida Correia Tomás, Virgílio António de Horta. -----



- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Deputada Municipal Maria Manuela Romão, para informar sobre a correspondência recebida desde a Assembleia Municipal anterior. -----
- **A Deputada Municipal Maria Manuela Romão** cumprimentou todos e informou os membros da Assembleia Municipal, que nos termos alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a última Sessão tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência: -----
- *«A Assembleia Municipal de Lagos remeteu convite para as IV Jornadas de Lagos - Seminário - “A ETAR e a sua Influência no Ecosistema Marinho”, que se realizou no dia 14 de outubro de 2023;-----*
- *Os Municípes Ângela Rosa, Filipe Morais Pina da Silva, José Francisco Carrasco Castanho, Nelson Gonçalves, Margarida Madeira Rebelo, Joana Madeira Rebelo, Joaquina de Fátima Valentim Nunes Madeira, remeteram comunicações sobre “Carta Aberta: Pela defesa do Parque de Campismo Público da Ilha de Tavira”; -----*
- *A Junta de Freguesia de Cachopo e a Associação de Festas da Freguesia de Cachopo remeteram convite para o evento “Cachopo Natural 2023”, que se realizou no dia 28 de outubro de 2023;-----*
- *O Município Igor Miguel Martins Xavier remeteu para conhecimento reclamação sobre a falta de água no sítio das Cortes Vidreiros na Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo;-----*
- *O Observatório Autárquico CESOP - Local para os Territórios Sustentáveis da Universidade Católica Portuguesa, remeteu convite para o Seminário Inovação & Desenvolvimento Local “Criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário (AMPIC)”, que se realizou no dia 26 de outubro de 2023; -----*
- *O Núcleo da Liga dos Combatentes de Tavira remeteu convite para a cerimónia comemorativa do Dia de Finados e Armistício da Grande Guerra, que se realizou nos dias 02 e 11 de novembro de 2023;*
- *A Universidade Católica-CESOP em conjunto com a UNICEF Portugal solicitaram a divulgação do inquérito “Tenho Voto na Matéria” junto das crianças e jovens do concelho;-----*
- *O Ministro da Administração Interna remeteu convite para a conferência “MAI(s) PRÓXIMO”, que se realizou no dia 13 de novembro;-----*
- *A Patinagem Clube de Tavira remeteu convite para o Torneio Internacional de Patinagem Artística, que se realizou nos dias 10, 11 e 12 de novembro;-----*
- *A Associação ASTA remeteu convite para a “Mostra de Artesanato”, que se realizou no dia 11 de novembro de 2023;-----*
- *A Comissão de Administração Pública, Ordenamento de Território e Poder Local, solicitou o envio de elementos adicionais, sobre a proposta de desagregação da União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira; -----*



- A Comissão de Administração Pública, Ordenamento de Território e Poder Local, solicitou o envio de elementos adicionais, sobre a proposta de desagregação da União de Freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão;-----
- A Paróquia de Monte Gordo remeteu convite para conferência sobre o “Lugar da Igreja face aos desafios socioeconómicos hodiernos”, que se realizou no dia 22 de novembro de 2023;-----
- A Fundação Irene Rolo remeteu convite para demonstração de desportos adaptados, que se realizou no dia 07 de dezembro de 2023;-----
- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu convite para a apresentação do livro "Kalasha - Fotografias e histórias do povo Kalash, uma minoria animista das montanhas do Paquistão", que se realizou no dia 25 de novembro de 2023;-----
- A Patinagem Clube de Tavira remeteu convite para assistir à “Taça Skating Sul”, prova associativa da Associação de Patinagem Algarve e Alentejo, que se realizou no dia 19 de novembro de 2023;-----
- A “Armação do Artista” remeteu uma carta/petição com vista à atribuição de instalações adequadas ao seu normal funcionamento;-----
- A Comunidade Intermunicipal do Algarve remeteu convocatória para a Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal, que se realizou no dia 6 de dezembro de 2023;-----
- A Comunidade Intermunicipal do Algarve remeteu convite para a apresentação do “Plano de Desenvolvimento Social do Algarve”, que se realizou no dia 11 de dezembro de 2023;-----
- A Região de Turismo do Algarve e a equipa da Universidade do Algarve responsável pela Observação e Monitorização do Destino Turístico do Algarve: “Contributos para o seu Desenvolvimento Sustentável (Projeto MONITUR)”, remeteram convite para a apresentação aos stakeholders regionais dos resultados daquele estudo de suporte às atividades do Observatório para o Turismo Sustentável do Algarve, que se realizou no dia 11 de dezembro de 2023;-----
- O Observatório Autárquico CESOP - Local para os Territórios Sustentáveis da Universidade Católica Portuguesa, remeteu convite para o seminário sobre “Saúde Mental – Intervenção em Contexto Laboral”, que se realizou no dia 30 de novembro de 2023;-----
- A Associação Nacional de Assembleias Municipais informou sobre a manutenção do valor da quota para o ano de 2024;-----
- A Universidade do Algarve remeteu convite para a “Sessão Solene do 44º Aniversário da UALG”, que se realizou no dia 13 de dezembro;-----
- A Múncipe Maria José Simão Mestre remeteu comunicação sobre o processo de desanexação da União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira;-----
- A União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira remeteu convite para o Almoço de Natal que se iria realizar no dia 23 de dezembro de 2023;-----



--- O Partido Socialista remeteu dois votos de congratulação sobre os “Dez Anos da Dieta Mediterrânica como Património Cultural imaterial da Humanidade” e os “Agentes da Proteção Civil do Concelho de Tavira”;

--- A Assembleia Municipal de Albufeira remeteu moção aprovada em Sessão Ordinária de dia 11 de dezembro, intitulada “Pela Requalificação da Via do Infante/A22”;

--- A União de Freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão remeteu a documentação solicitada, sobre a proposta de desagregação da União de Freguesias;

--- Os Deputados Municipais Maria Margarida Alves, Silvino Oliveira, Liliana Ribeiro, David Martins e João Pedro Correia solicitaram a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal do dia 14 de dezembro de 2023.»

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** informou quanto à forma em que iria decorrer a sessão, iniciando-se com o período antes da Ordem do Dia, com a apresentação dos votos de congratulação, apresentação de um voto de felicitação, apresentação das recomendações e por fim a apresentação dos votos de pesar.

--- Seguidamente haveria lugar às intervenções dos Deputados Municipais sobre os assuntos que não constassem na Ordem do Dia, o que ocorreria imediatamente a seguir.

--- Informou o público presente que pretendesse intervir tinha que proceder à respetiva inscrição até ao final do período de antes da Ordem do Dia.

--- Relembrou que as intervenções não podiam ultrapassar os três minutos de duração.

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que os trabalhos prosseguiriam com a colocação à discussão e votação da Ata da Sessão Ordinária de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três e da Ata da Sessão Ordinária de vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três.

--- Colocou à consideração a aprovação das seguintes atas:

--- **A ata número dois (2) referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três, foi aprovada por unanimidade.**

--- Em cumprimento do estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, não participaram na votação os deputados municipais que não estivessem estado presentes na sessão a que a ata dizia respeito.

--- Os deputados municipais Maria João dos Anjos, Elsa Ribeiro, António Brito, Virgílio Horta e Jorge Cruz não participaram na votação.

--- **A ata número três (3) referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três, foi aprovada por unanimidade.**



- Em cumprimento do estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, não participaram na votação os deputados municipais que não tivessem estado presentes na sessão a que a ata dizia respeito.-----
- Os deputados municipais António Brito, Elsa Ribeiro, Gonçalo Santos, Jorge Cruz, Maria João dos Anjos, Virgílio Horta não participaram na votação.-----
- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão O VOTO DE CONGRATULAÇÃO “AGENTES DA PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO DE TAVIRA”, apresentado pelo PS.**-----
- A **Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que quem iria apresentar o voto de congratulação denominado “Agentes da Proteção Civil do Concelho de Tavira”, apresentado pelo PS, seria o Deputado Municipal José Mateus.-----
- **O Deputado Municipal José Mateus** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, os vereadores e deputados municipais, os funcionários, o público presente e o que assistia a partir de casa.-----
- Passou à leitura do Voto de Congratulação:-----
- *«No âmbito da prevenção, proteção e socorro, os diversos agentes de proteção civil em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil realizaram diversas atividades e ações, no que respeita ao reforço do efetivo, patrulhamento e vigilância, contribuindo assim, para um verão mais seguro, sem ocorrências relevantes, transmitindo à população um sentimento de confiança e segurança no nosso concelho.*-----
- *O reforço das patrulhas de vigilância pela serra na prevenção de incêndios rurais, o aumento das patrulhas por parte das forças de segurança, originando menos ocorrências, no que respeita a furtos e desacatos.*-----
- *A implementação do programa “Pessoas Seguras Aldeias Seguras” nas localidades mais isoladas da nossa serra, a limpeza de aglomerados, a criação de faixas de gestão de combustível, protocolos de colaboração estabelecidos com diversas entidades como o Exército (Regimento de Infantaria I), Agrupamento 100 dos Escutas, Clubes e Associações de Caça, Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão.*-----
- *Contratação de máquinas para primeira intervenção de forma a dar resposta a ocorrências, e a implementação da candidatura “Condomínio da Aldeia”.*-----
- *Recentemente (em 22/10/2023) o concelho de Tavira foi afetado pela tempestade Bernard, e como resposta efetiva o Serviço de Proteção Civil em coordenação com os diversos agentes, Bombeiros Municipais de Tavira, PSP, GNR local e Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, contando ainda com o apoio dos serviços Municipais, Tavira Verde, Agrupamento 100 dos Escutas e Juntas de Freguesia foi possível responder a mais de 100 ocorrências registadas, com o objetivo de*



repor minimamente a normalidade, sendo que os trabalhos de recuperação somente foi possível com a colaboração de todos os agentes envolvidos, dando assim uma resposta célere e eficaz. -----

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira reunida a 14/12/2023, delibera:-----

--- Aprovar um Voto de Congratulação pelo trabalho realizado por todos os intervenientes da Proteção Civil do Concelho de Tavira;-----

--- Enviar o presente Voto de Congratulação ao Município de Tavira, assim como a todas as entidades que compõem a Proteção Civil do Concelho de Tavira; -----

--- Remeter cópia da Deliberação que recair sobre esta proposta, à Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para divulgação aos órgãos de comunicação locais, regionais e nacionais e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município». -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE CONGRATULAÇÃO AGENTES DA PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO DE TAVIRA que foi aprovado por unanimidade, e que se anexa à presente ata como documento número um.**-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão **O VOTO DE CONGRATULAÇÃO «DEZ ANOS DE “DIETA MEDITERRÂNICA” COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE»**, apresentado pelos grupos municipais da Assembleia Municipal de Tavira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, passou à leitura do Voto de Congratulação: -----

--- «Assinalaram-se, no dia 4 de Dezembro de 2023, os dez anos da inscrição da “Dieta Mediterrânica” na listagem de património cultural imaterial da humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).-----

--- Designada como comunidade representativa de Portugal, Tavira passou a integrar uma lista de sete estados e localidades com culturas mediterrânicas milenares, onde se incluem também Chipre (Agros), Croácia (Hvar e Brac), Grécia (Koroni), Espanha (Soria), Itália (Cilento) e Marrocos (Chefchaouen).-----

--- Ao longo destes dez anos, muito foi o trabalho desenvolvido em torno da Dieta Mediterrânica, tendo como objetivo divulgar, salvaguardar e valorizar este património imaterial, transmitindo conhecimentos, registando, promovendo e investigando.-----

--- Tavira não esteve sozinha nesta caminhada, muitos cidadãos, associações e entidades locais, regionais e nacionais, que desde a primeira hora, juntaram-se ao Município de Tavira na preparação e elaboração da candidatura e que, ao longo destes anos, têm estado a trabalhar para a divulgação e salvaguarda deste estilo de vida. -----

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 14 de dezembro de 2023, delibera:-----



--- Aprovar um Voto de Congratulação pelos dez anos da inscrição da “Dieta Mediterrânica” na lista de património cultural imaterial da humanidade da UNESCO. -----

--- Felicitar o Município de Tavira e todos os parceiros integrantes da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica, pelo trabalho desenvolvido em prol da divulgação e do plano de ação e salvaguarda da Dieta Mediterrânica (PASDM).-----

--- Enviar o presente Voto de Congratulação ao Município de Tavira e aos parceiros da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica: CCDR Algarve, Universidade do Algarve, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Direção Regional de Cultura do Algarve, Região de Turismo do Algarve, Escola de Hotelaria e Turismo de Vila Real de Santo António, Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve (Faro), Fundação Portuguesa de Cardiologia – Delegação do Algarve, Associação In Loco, Tertúlia Algarvia, Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e Confraria dos Gastrónomos do Algarve. -----

--- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, à Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira». -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE CONGRATULAÇÃO «PELOS DEZ ANOS DA “DIETA MEDITERRÂNICA” COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE», o qual foi aprovado por unanimidade, e que se anexa à presente ata como documento número dois.** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Assembleia Municipal tinha sido notificada pela Assembleia da República sobre o processo de desagregação das freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão e Conceição e Cabanas de Tavira e que as freguesias também tinham sido notificadas para procederem ao envio de novos elementos cuja documentação em falta iriam entregar. -----

--- A documentação seria enviada pelos serviços de apoio da Assembleia Municipal até ao prazo estipulado para o efeito, dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e três. -----

--- A **Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que a bancada do PS pretendia felicitar a Câmara Municipal de Tavira e o seu Executivo Municipal pela reabertura da Escola Fixa de Trânsito, por promover o desporto nas camadas mais jovens e pelo desenvolvimento de atividades educativas ligadas ao fenómeno da prevenção rodoviária e o incentivo ao uso da bicicleta. -----

--- Informou que a Escola Fixa de Trânsito iria ser gerida em função do protocolo que tinha sido firmado entre a Câmara Municipal de Tavira e o Clube de Ciclismo de Tavira onde seriam promovidas atividades educativas, formação e prevenção rodoviária, destinada a alunos desde a educação pré-escolar até ao segundo ciclo do ensino básico.-----



--- Destacou que o projeto da Escola Fixa de Trânsito preconizava três componentes distintas: a teórica, a prática e a lúdica, através de palestras, aprendizagens básicas das regras de trânsito, sensibilização para as problemáticas de obesidade infantil e a promoção dos estilos de vida saudáveis.-----

--- Acrescentou ainda que a Escola Fixa de Trânsito era constituída por um importante equipamento educativo, não só no concelho de Tavira, mas também para todo o Sotavento Algarvio.

--- Referiu a importância da educação rodoviária pois tinha como finalidade a mudança dos comportamentos e hábitos sociais, sendo que a intervenção deveria ser feita a partir dos escalões etários mais baixos, para, mais tarde, diminuir a sinistralidade rodoviária.-----

--- Disse que tinha sido um equipamento que até à presente data estava integrado nas políticas públicas de educação do Governo do Partido Socialista para o trânsito.-----

--- Reconheceu que a escolha da localização não tinha sido a melhor, pois a Escola Fixa de Trânsito tinha sido construída junto ao rio em leito de cheia, tendo inclusivamente existido pareceres contrários à sua instalação naquela localização.-----

--- O **Deputado Municipal José Mateus** disse que pretendia fazer referência a uma situação de salvamento de cidadãos, após a colisão de embarcações ligeiras, que tinha acontecido nas Quatro Águas;-----

--- Passou a ler o Voto de Congratulação:-----

--- *“No passado 16 de novembro cerca das 20h quando regressava da pesca na sua embarcação, o taviense Fábio Alexandre Eugénio da Conceição foi confrontado com um acidente tão raro quanto grave.-----*

--- *Duas outras embarcações com dois tripulantes cada uma delas, que seguiam em direções opostas colidiram nas quatro águas, tendo os tripulantes de uma delas sido expelido, uma para a outra embarcação, outro para a água, ficando essa embarcação desgovernada, aos círculos, valendo à vítima que estava na água, a sorte de não ter sido apanhado pela hélice da mesma.-----*

--- *Valeu ainda, além da presença do Fábio Conceição, a aproximação de um barco de pesca oriundo de Santa Luzia e que se deslocava para a sua faina, de nome Voz do Campo, comandado pelo jovem mestre David Mestre, seu pai José Maria, e os camaradas Paulo Galhardo e Élio Soares, que perante tal situação, com elevado espírito solidário e muita entreaajuda, deram início ao plano de salvamento da vítima que estava na água, ligando os projetores do barco, tentando vislumbrar a vítima, o que aconteceu, e aí o Fábio que estava numa embarcação mais pequena e por conseguinte mais fácil de manobrar, foi com todo o cuidado e com algum receio de ser atingido pelo barco desgovernado, mas conseguiu agarrar a vítima, e numa operação que carecia de rapidez, conseguiu ainda afastar-se arrastando o homem que caíra à água, aproximar-se do barco de pesca onde três dos quatro*



*tripulantes entraram na sua embarcação, obtendo assim ajuda para retirarem o homem da água, e posteriormente deslocarem-se para o cais das quatro águas, onde já os aguardavam meios de socorro.*-----

--- *Fator importante ainda, o facto de o Fábio ter conhecimento de suporte básico de vida, e deixando a condução do seu barco para os novos tripulantes, iniciou as manobras de reanimação, conseguindo entregar a vítima já com sinais de vida.*-----

--- *Posteriormente deslocaram-se ao local do acidente para trazer as outras vítimas, contudo o Sr. José Falcão, morador na ilha de Tavira, apercebendo-se da situação, foi também prestar auxílio e já trazia os outros acidentados para a ambulância, assim como a polícia marítima recuperou a embarcação desgovernada, e tomou conta da ocorrência".*-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** entrou na sala às nove horas e quarenta minutos.-----

--- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** iniciou cumprimentando o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, o Executivo Municipal, os Secretários, os Deputados Municipais, os Presidentes das Juntas de Freguesia, os serviços de apoio presentes e todos os que seguíam a Assembleia Municipal através das redes sociais.-----

--- Disse que a bancada do PSD congratulava toda a situação e sugeriram que deveria ser apresentado este Voto de Congratulação, pois muitas vezes tinham de ser os populares a resolver aquele tipo de situações pela falta de segurança que existia na ria.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se alguém se opunha à realização de um Voto de Congratulação relativamente à situação apresentada. Dirigindo-se ao Deputado Municipal Gonçalo Santos, solicitou a sua opinião, dado que não se tinha manifestado.-----

--- Terminou dizendo que o Voto de Congratulação obteve a concordância de todos os grupos parlamentares representados na Assembleia Municipal.-----

--- O **Deputado Municipal Jorge Corvo** cumprimentou todos e passou a falar sobre o parque da Escola Fixa de Trânsito. Disse que era com alegria que voltavam a ver o parque novamente a funcionar mas que lamentavam que o mesmo estivesse parado durante catorze anos sem nenhuma razão aparente e com propostas de utilização frequentes.-----

--- A **Deputada Municipal Natércia Joaquim** dispensando os cumprimentos, já anteriormente prestados pela colega Deputada Municipal Ana Rita Pacheco em nome da bancada do PSD, disse que gostaria de colocar três questões relacionadas com a área da saúde.-----

--- A primeira questão estava relacionada com as obras do edifício sede do Centro de Saúde de Tavira, bem como as suas extensões, nomeadamente a extensão de Conceição e Cabanas de Tavira. -



- Como era do conhecimento de todos os edifícios dos Centros de Saúde padeciam de problemas estruturais que faziam com que a chuva intensa entrasse pelos caixilhos das janelas e pela cobertura do telhado.-----
- Questionou a Presidente da Câmara Municipal para quando a resolução das questões de segurança do edifício em questão. -----
- Informou que as unidades do Centro de Saúde tinham recebido uma planta com alterações em alguns espaços do edifício e que, no entender da bancada do PSD, como não foram ouvidas as pessoas que lá trabalhavam, as alterações não correspondiam de todo às necessidades reais. -----
- Assim, a questão que gostaria de colocar à Presidente da Câmara Municipal era para quando estariam previstas as obras e quais seriam as obras no edifício em particular. Tinha abordado aquele assunto no Concelho da Comunidade e verificado o desconhecimento por parte de muitos munícipes.
- Explicou que se tratava de um órgão que fazia parte do agrupamento dos centros de saúde, em concreto do Concelho da Comunidade do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) o qual tinha como competências acompanhar as atividades do ACES, os horários de funcionamento das unidades funcionais, apontar deficiências na prestação de cuidados, entre outros. -----
- Lembrou que o Deputado Municipal David Martins tinha sido eleito como representante no Conselho da Comunidade, numa Assembleia Municipal realizada em dois mil e vinte e um. -----
- Questionou sobre o que tinha sido feito em prol da saúde dos munícipes de Tavira, nos últimos dois anos, pois no Concelho da Comunidade não tinham conhecimento do que tinha acontecido.-----
- Disse que em sessão de Assembleia Municipal tinham elegido o Presidente de Junta de Tavira, José Mateus, como representante das freguesias do município de Tavira no Conselho Municipal de Saúde.-----
- Tendo em conta a relevância das competências do Conselho, reiterava a questão.-----
- A **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e a respetiva mesa, os deputados municipais, o executivo municipal, os presidentes de junta de freguesia, os trabalhadores do município que estavam a desempenhar funções naquele momento na Assembleia Municipal e o público que estava a assistir via Facebook. -----
- Começou por responder às questões colocadas pela Deputada Municipal Natércia Joaquim sobre as intervenções no Centro de Saúde de Tavira. -----
- Transmitiu relativamente às obras que tinha sido remetido pela Administração Regional de Saúde (ARS) do Algarve que contemplavam algumas intervenções previstas no PRR, o programa funcional sobre a ampliação do Centro de Saúde.-----
- Devido à falta de Diretor do Centro de Saúde de Tavira já tinha questionado várias vezes a ARS Algarve no sentido de pressionar para o preenchimento da vaga. -----



- Referiu que a situação era algo complicada, no entanto relativamente à necessidade de intervenção no edifício em resposta à Deputada Municipal Natércia Joaquim estava a ser desenvolvido o projeto para lançamento da empreitada.-----
- Acrescentou que havia outro edifício previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) complementar ao Centro de Saúde e que tinha o projeto praticamente finalizado, sendo que, em princípio, poderiam lançar a empreitada já no primeiro trimestre do ano de dois mil e vinte e quatro.
- Quanto às alterações na extensão de saúde de Conceição e Cabanas de Tavira seriam pequenas, algumas delas mais funcionais e pensava que já tinham sido entregues todas as especialidades, faltando apenas as telecomunicações, que brevemente seriam lançadas a concurso. -----
- Explicou que o Conselho da Comunidade não funcionava há pelo menos dois anos porque de acordo com o definido entre os presidentes de câmara municipal que compunham a Comunidade Intermunicipal do Algarve (CI-AMAL), seria a CI-AMAL que indicaria qual seria o Presidente da Câmara Municipal a participar, cuja situação já tinha sido enviada à Diretora Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde (ACS) do Algarve, para convocar o restante Concelho da Comunidade, o que até ao momento não tinha acontecido mas que pensava estar relacionado com a questão das chefias.-----
- Comunicou que tinha sido agendada com a ARS do Algarve, para aquele mesmo dia uma reunião da Comissão de Acompanhamento da Delegação de Competências da área da Saúde, contudo a mesma tinha sido desmarcada. -----
- Tendo a reunião sido remarcada para o dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e três aproveitaria para colocar todas as questões, nomeadamente quanto à nomeação do Diretor.-----
- Sobre o Conselho Municipal de Saúde, disse que já tinha sido nomeado e feito um pedido às restantes entidades que o compõem nos termos da legislação em vigor, para lhes indicarem os representantes para posteriormente realizarem a primeira reunião. -----
- A **Deputada Municipal Natércia Joaquim** explicou que as questões de segurança a que se referia diziam respeito ao edifício principal do Centro de Saúde de Tavira, porque quando chovia, havia equipamentos elétricos que ficavam molhados pela quantidade de água ser muito significativa. -----
- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que tendo sido eleitos vários representantes por parte daquela Assembleia Municipal, eleitos por todos os deputados municipais no início do mandato que estava a decorrer, desconheciam se esses eleitos reuniam ou não nas respetivas comissões e concelhos, o que deveria ser reportado àquela Assembleia Municipal.-----
- Acrescentou que gostava de saber qual o ponto de situação do Concelho Municipal de Segurança, pois não se tinha realizado qualquer eleição, pelo menos no mandato atual, pelo que seria importante se elaborado um regulamento.-----



- Recordou que em setembro do ano de dois mil e vinte e dois, tinha sido aprovada na Assembleia Municipal, uma recomendação para registar no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, o processo de fabrico da cerâmica de Santa Catarina da Fonte do Bispo.-----
- Questionou se já tinha sido dado algum passo naquele sentido, uma vez que já tinha passado um ano e alguns meses. Considerava que seria também uma forma de promoverem o turismo no interior do concelho de Tavira.-----
- Em relação ao estacionamento junto à Igreja de Santa Maria do Castelo, disse que em tempos tinha existido um limitador de passagem que levantava e baixava mas que presentemente o mesmo não estava a funcionar.-----
- Questionou sobre o que pretendia a Câmara Municipal fazer em relação ao estacionamento que considerava abusivo e onde muitas das pessoas que lá estacionavam as viaturas eram funcionários conhecidos que trabalhavam numa instituição pública.-----
- **A Presidente da Câmara Municipal** começou por falar sobre o regulamento do Conselho Municipal de Segurança, dizendo que o regulamento existia e tinha sido entregue ao anterior Presidente da Assembleia Municipal. Afirmou que iria esclarecer para remeter ao atual Presidente da Assembleia Municipal.-----
- Quanto à inscrição do processo de fabrico de cerâmica de Santa Catarina da Fonte do Bispo, transmitiu que ainda nada tinha sido efetuado uma vez que tinham estado num processo de recrutamento de trabalhadores para a Divisão de Património, Turismo e Museus (DPTM), tendo sido recrutado alguns técnicos superiores. Considerava que presentemente já teriam condições para dar início ao trabalho e aprofundar o que era feito em prol da Dieta Mediterrânica;-----
- Em relação ao limitador de passagem, disse que iria voltar a funcionar porque estavam à espera de novas chaves para serem distribuídas ao Senhor Padre e aos funcionários do Palácio da Galeria.---
- O **Deputado Municipal Jorge Corvo**, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, disse-lhe que na Assembleia Municipal anterior tinha colocado algumas questões relativamente à EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Limitada e que o Presidente da Assembleia Municipal tinha ficado de responder por escrito.-----
- Acrescentou que já tinham passado três meses e até ao momento não tinha recebido qualquer resposta.-----
- Recordou que no anterior mês de fevereiro, o Presidente da Assembleia Municipal, tinha afirmado que lhes iria enviar um parecer jurídico sobre a ausência do administrador da EMPET na convocatória que tinham feito, sobre o que não tinham tido qualquer resposta até ao momento considerando uma situação injustificável.-----



- Disse que tinham pedido à Assembleia Municipal, todas as diligências e informações sobre o projeto da Ponte de Cabanas de Tavira, mas até ao momento também não tinham recebido qualquer esclarecimento.-----
- Afirmou que o Presidente da Assembleia Municipal deveria ter comunicado que não tinha recebido nenhuma informação por parte do Executivo Municipal para lhes transmitir, o que não se verificando iam assim sendo passando de Assembleia Municipal em Assembleia Municipal mantendo os assuntos pendentes;-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** começou por dizer que pensava que o que tinha sido efetuado relativamente ao processo da Ponte de Cabanas de Tavira, já tinha sido falado durante a Assembleia Municipal e respondido pela Presidente da Câmara Municipal, pelo que considerava que a questão estaria tratada.-----
- Quanto ao liquidatário da EMPET, disse que o que tinha falado com os juristas da Câmara Municipal competia à Assembleia Municipal registar conforme tinha sido notificado, todavia o liquidatário não tinha comparecido à convocatória.-----
- Acrescentou que a Câmara Municipal sabia da falta de comparência, o que seria aditado ao processo que a Câmara Municipal lhe iria levantar.-----
- Informou o Deputado Municipal Jorge Corvo que, se pretendesse receber aquela informação por escrito, esta ser-lhe-ia remetida.-----
- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que a questão da exigência por escrito não se colocava, pois tinha sido o Presidente da Assembleia Municipal que a tinha colocado.-----
- No que se referia à questão da Ponte de Cabanas de Tavira, o que gostariam de saber era em que ponto estava a situação, com factos concretos e corretos, quais as diligências a serem tomadas para reforçar a vontade da população.-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que já tinha respondido relativamente àquele assunto pelo que não iriam ocupar mais tempo com o mesmo.-----
- A **Deputada Municipal Ana Baioa** cumprimentou todos, e lembrou que as atas da Assembleia Municipal deveriam ser aprovadas na Assembleia Municipal seguinte, todavia naquele dia tinham sido aprovadas duas atas de duas sessões de Assembleia Municipal, de uma sessão realizada há nove e outra há seis meses atrás, o que considerava que não devia de acontecer de modo a ser cumprido o Regimento da Assembleia Municipal.-----
- Questionou quanto à situação dos contentores colocados na Escola D. Manuel I e na Escola D. Paio Peres Correia, uma vez que na escola D. Manuel I a água não estava ligada e por isso não poderiam ser usados como balneários.-----



- Perguntou se estava prevista alguma ampliação definitiva das escolas para serem retirados os contentores porque eram alugados tendo por isso que ser liquidada a sua locação. -----
- **A Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que o Vereador Municipal Eurico Palma não sabia que os contentores da Escola D. Manuel I não estavam a ser utilizados por a água não estar ligada, sendo que o Diretor da Escola tinha pedido umas alterações que ainda tinham que ser realizadas.-----
- **O Vereador Municipal Eurico Palma** começou por explicar que os balneários tinham sido colocados naquele dia e que o pretendido era que funcionassem em pleno.-----
- Disse que o Diretor da Escola D. Manuel I considerava necessário encontrar algumas soluções como a permanência de uma assistente operacional a fazer vigilância para a entrada e utilização dos contentores de modo a que não se visse do exterior para o interior e haver uma maior segurança. ----
- Disse que a utilização dos contentores como balneários aconteceria no segundo período daquele ano letivo. A utilização também era efetuada por clubes desportivos que tinham atividades no pavilhão da Escola D. Manuel I. -----
- **A Presidente da Câmara Municipal** continuou a sua anterior intervenção, explicando que naquele momento estavam a atualizar todos os instrumentos estratégicos de diagnóstico e de planeamento, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM), bem como as cartas educativas.-----
- Disse que precisava de perceber se estavam perante uma situação pontual e os contentores seriam uma solução ou se tinham de ampliar as duas escolas. -----
- Referindo-se à Escola D. Paio Peres Correia, disse que a situação dos contentores era premente, pois naquele momento já tinham novos contentores mas também teriam que arranjar os antigos que já lá estavam desde a abertura, porém estavam a ponderar a possibilidade de serem construídos em em alvenaria ficando assim definitivos; -----
- Informou que não estava a ser fácil o recrutamento de engenheiros e arquitetos para o município e que no momento estavam concentrados na Escola Secundária de Tavira, pois era a que carecia de uma intervenção mais profunda. -----
- Referiu que se na carta educativa constasse que o aumento de alunos era uma questão permanente, iriam avançar com a construção definitiva nas duas escolas pois existia espaço. -----
- Terminou dizendo que naquele momento estavam a contratar e solicitar todos os levantamentos, com a construção do programa funcional para a Escola Secundária de Tavira.-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que iria dar início à Ordem do Dia, com a apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.-----
- **A Presidente da Câmara Municipal** falou na inauguração no Núcleo Islâmico da exposição fotográfica *“Irão, o Berço da Humanidade”* de Luís Reina. -----



- A exposição permanente “*A Dieta Mediterrânica – património cultural milenar*”, podia ser visitada no Palácio da Galeria. -----
- Referiu a inauguração da exposição “*José Afonso e Rui Pato, uma colaboração marcante*”, a realizar-se na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e também a exposição fotográfica “*Dança Comigo*”, de Luís Santos. -----
- No Mercado Municipal estava a decorrer a exposição “*Um rosto uma cultura*”, da Fundação Irene Rolo. -----
- Para a Comemoração do Dia Mundial da Música realizou-se um concerto à luz das velas do Duo Indaro, organizado pela Santa Casa da Misericórdia de Tavira. -----
- Realizaram-se as Mostras de Artesanato no Jardim das Palmeiras e na Praça Dr. António Padinha.
- “*Poemus – Poesia e Música*”, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos e na Casa Álvaro de Campos. -----
- Continuou a programação “*Música nas Igrejas*” organizada pela Academia de Música de Tavira. ---
- A “*Festa dos Anos de Álvaro de Campos 2023*” foi organizada pela Associação Partilha Alternativa.
- Realizaram-se os encontros com autores na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos; -----
- O Colóquio Interdisciplinar sobre Provérbios foi organizado pela Associação Internacional de Paremiologia. -----
- Organizada pela Associação Agrolares, Lda., realizou-se uma Prova de Vinho no Palácio da Galeria;
- O Festival de Órgão do Algarve, ocorreu nas igrejas da Misericórdia, Santiago, Carmo, e foi organizado pela Associação Cultural Música XXI; -----
- A Animação de Natal com um espaço dedicado aos mais novos resultou de uma parceria com a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira. -----
- No desporto, realizou-se o II Rally de Tavira, organizado pelo Clube Automóvel do Sul, o Torneio Internacional de Ténis “*Tavira Men’s Open I, II – 2023*” organizado pelo Tavira Raquet Club, o “*1ª Encontro de Treinadores e Pugilistas da Península Ibérica*” organizado pelo Ginásio Clube de Tavira e o “*Torneio Nacional de Patinagem Artística*” organizado pelo Patinagem Clube de Tavira. -----
- Feira de São Francisco, com os divertimentos habituais, acolheu o lançamento da campanha de sensibilização “*Não é só adotar, é preciso cuidar*”. -----
- Realizaram-se os eventos da comemoração do Mês Sénior, mês de Outubro, com diversas atividades ao longo do mês e que culminou com o almoço habitual no hotel Vila Galé em Tavira. -----
- Na Semana da Diabetes organizaram-se atividades no Mercado da Ribeira, nas Escolas D. Manuel I e Escola Secundária de Tavira e a caminhada pela Diabetes na Praça da República. -----



- O Décimo Aniversário da Inscrição Portuguesa da Dieta Mediterrânica a Património Cultural e Imaterial da Humanidade, foi celebrado com diversas atividades, como por exemplo, demonstrações culinárias no Mercado Municipal.-----
- Realizou-se a Feira dos Noivos organizada pela Associação Baixa de Tavira. -----
- A Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo organizou a Procissão em honra de Santa Catarina e São Luís.-----
- As comemorações de São Martinho realizaram-se no Largo da República na Luz de Tavira, no Largo da Igreja em Santo Estêvão e na antiga Escola do Malhão. -----
- Em relação aos procedimentos de empreitada, a Presidente da Câmara Municipal informou que esperavam lançar a aprovação do orçamento em janeiro de 2024 dos balneários da Escola D. Manuel I, bem como concretizar:-----
- Obras de requalificação de estradas e caminhos municipais, requalificação da Ecovia. -----
- A intervenção na Rede de Abastecimento de Água do Pavilhão Municipal Dr. Eduardo Mansinho;--
- A instalação de contentorização subterrânea da Atalaia.-----
- A valorização paisagista dos logradouros dos lotes 15 e 28 da Rua José Oliveira em Santa Luzia; ----
- A execução de muro de suporte no Caminho do Fojo. -----
- Os trabalhos no lanterim da cúpula da Capela do Santíssimo Sacramento, na Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo. -----
- A intervenção na Rua de Sta. Margarida e Beco Ruy Palermo Ferreira, em Santa Margarida.-----
- A substituição de relvado sintético do Campo do Ginásio Clube de Tavira.-----
- As obras nos balneários da Ilha de Tavira, no cineteatro, o centro de meios aéreos de Cachopo, a colocação de placas toponímicas em várias partes do concelho.-----
- A requalificação das frentes ribeirinhas, onde iriam ser substituídas as luminárias e a parte elétrica.-----
- As obras de conservação e restauro do património integrado móvel da Igreja matriz de Santa Maria do Castelo. -----
- A intervenção no Mercado da Ribeira – impermeabilização da cobertura. -----
- Terminou com um convite a todos para a Passagem de Ano, com o habitual espetáculo pirotécnico e a atuação do grupo “Função Pública”.-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar início à Ordem do Dia, com o ponto número um referente à PROPOSTA N.º 306/2023 /CM – JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL.**-----



- A Presidente da Câmara Municipal disse que era um concurso e que cabia à Assembleia Municipal aprovar o júri.-----
- Disse que tinha sido solicitados membros do júri a outras câmaras municipais e também à Universidade do Algarve.-----
- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 306/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL, que foi aprovada por unanimidade. ----
- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 332/ 2023/CM – SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS – FIXAÇÃO DE VALOR. -----
- A Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que, nos termos da legislação, todos os eleitos locais tinham direito a uma proteção em caso de acidente. Uma vez que o contrato de seguros, estabelecido com o município estava a terminar, era da competência da Assembleia Municipal determinar os valores que deveriam estar assegurados no novo concurso que iriam realizar e que incluía todos os eleitos locais, desde o Presidente aos restantes membros dos Órgãos Autárquicos. -----
- Explicou que os valores que indicavam na Proposta não poderiam ser inferiores a cinquenta vezes a remuneração média mensal em conformidade com os valores designados na legislação como sendo os valores mínimos. -----
- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 332/ 2023/CM – SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS – FIXAÇÃO DE VALOR, que foi aprovada por unanimidade.-----
- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 336/2023/CM – 01/2019/224 – ALEXANDER JOACHIM GILMORE – ACEITAÇÃO DE CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARA FUTURA EXECUÇÃO DE PASSEIO – DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL. -----
- A Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que já tinham tido outras situações semelhantes na Assembleia Municipal anterior e que já as tinha justificado.-----
- Referiu que nos processos de urbanismo, frequentemente existiam pequenas parcelas de terreno que, por vezes, tinham que ser cedidas para construções, normalmente, passeios. -----
- Naquele caso tratavam-se de vinte metros quadrados no Caminho das Trindades, freguesia de Santa Luzia, que iriam passar para o domínio público municipal para dar lugar à execução de um passeio.-----



- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 336/ 2023/CM – ALEXANDER JOACHIM GILMORE – ACEITAÇÃO DE CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARA FUTURA EXECUÇÃO DE PASSEIO – DOMINIO PÚBLICO MUNICIPAL, que foi aprovada por unanimidade.-----
- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 357/2023/CM – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE SANTA LUZIA – VILA NATAL 2023. -----
- A Presidente da Câmara Municipal iniciou dizendo que a Vila Natal de Santa Luzia era um evento que decorria há vários anos e que tinha começado ainda com o anterior Presidente da Junta de Freguesia. -----
- Disse que o Município de Tavira sempre tinha apoiado a sua realização, tendo no ano transato e um apoio no valor de quinze mil euros, todavia, no corrente ano, tinham proposto um valor de dezanove mil trezentos e cinco euros que eram apresentados separadamente do valor logístico. -----
- Acrescentou que naquele momento tinham um técnico de baixa e outro de férias, pelo que não podiam disponibilizar os meios logísticos habituais, sendo pois a razão por que tinham resolvido acrescentar esse valor ao apoio de modo a que a Junta de Freguesia pudesse realizar o evento como habitualmente fazia. -----
- A Deputada Ana Rita Pacheco disse que congratulavam bastante aquelas iniciativas de “Vilas Natal” e outras festividades existentes nas freguesias, mas o que voltavam a referir, e que podiam tornar-se repetitivos, era que fosse elaborado um Regulamento para que houvesse alguma transparência e equidade na atribuição daquele tipo de apoios.-----
- Um Regulamento serviria para que houvesse transparência e critérios no que era atribuído a cada freguesia, pelo que pugnavam pela criação do mesmo. -----
- A Presidente da Câmara Municipal disse que os apoios às juntas de freguesia eram uma competência da Assembleia Municipal, pelo que deveria ser esta a decidir o que poderia aprovar ou não.-----
- Afirmou que podiam elaborá-lo, contudo aguardavam os contributos dos membros da Assembleia Municipal.-----
- Terminou dizendo que tinham que apoiar todas as atividades da mesma forma. -----
- O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que no âmbito daquelas atribuições, quando a Lei tinha sido alterada, a Presidente da Câmara Municipal tinha dito que as juntas de freguesia não poderiam receber mais do que estava inscrito nos contratos-programa;-----



- Referiu que já tinham sido submetidos vários apoios à Assembleia Municipal durante vários anos e que sempre se tinham confrontado com a questão legal, com a questão da atribuição, quer fosse pela Assembleia Municipal, quer seja por proposta da Câmara Municipal.-----
- Disse que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. (CCDR) tinha esclarecido que aquele tipo de subsídios poderiam ser atribuídos desde que houvesse um regulamento de modo a garantir a equidade entre todas as juntas de freguesia. -----
- Uma questão que colocava era a razão por que era atribuído um determinado valor, por exemplo, para a Vila Natal de Santa Luzia e outro valor para uma Vila Natal em Santa Catarina da Fonte do Bispo.-----
- Afirmou que a aprovação daqueles valores era da responsabilidade da Assembleia Municipal, tal como os contratos-programa finais que também tinham de ser submetidos à sua apreciação, porém os regulamentos eram sempre apresentados sob proposta do Executivo e não da Assembleia Municipal pelo que considerava que não poderiam estar a inverter a situação -----
- Referiu que naquele caso em particular, bastava um regulamento que mencionasse o previsto, quer em termos históricos ou que justificasse, pugnasse pela afluência de público ou pelo tipo de evento, justificando assim a atribuição suplementar do apoio àquela Freguesia.-----
- Acrescentou que aquela questão deveria estar enquadrada no regulamento específico, pensava que junto com a proposta não seria difícil elaborá-lo, até porque já sabiam o que cada freguesia iria solicitar anualmente fora do quadro de competências cujos valores tinham sido cabimentados no respetivo contrato. -----
- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que pretendia esclarecer a razão por que Santa Luzia tinha uma Vila Natal e Santa Catarina não. Tal devia-se ao facto de Santa Catarina nunca ter solicitado qualquer apoio para realizar uma Vila Natal.-----
- Referiu que a Câmara Municipal não podia dar apoios a quem não os pedia, e muitas vezes as juntas de freguesia queriam realizar um tipo de ação excecional e não dispunham dos recursos necessário pelo que solicitavam ajuda à Câmara Municipal. Nestas situações, a Câmara Municipal propunha um apoio para a realização daquelas situações excecionais, sendo que cabia à Assembleia Municipal decidir.-----
- Afirmou que não tinha dito para a Assembleia Municipal criar o regulamento, mas antes que dessem contributos para o mesmo, uma vez que era a Assembleia Municipal a balizar, propondo o que considerassem tendo em conta a disponibilidade financeira do Município. -----
- Terminou dizendo que tinham de ter em consideração o valor de cada festa e que não podiam decidir as questões de qualquer forma porque existiam critérios a ser considerados e, assim sendo, poderiam ser regulamentados.-----



- Agradeceu antecipadamente os contributos que a Assembleia Municipal também viesse a dar.-----
- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** começou por dizer que estavam ali para darem os seus contributos, mas que para tal teria que ser apresentada uma proposta, pois não podiam dar os contributos sem qualquer suporte e, tinha dado o exemplo da Freguesia de Santa Catarina como podia ter dado o exemplo de qualquer outra freguesia.-----
- Disse que estava convicto de que havia outras freguesias que queriam fazer mais do que tinham feito até ao momento, queriam criar novos eventos, e que se a Freguesia de Santa Luzia fazia uma Vila Natal podiam haver outras freguesias também a querer fazer.-----
- Manifestou que no Executivo Municipal conheciam as regras, o que não acontecia com Assembleia Municipal.-----
- A **Presidente da Câmara Municipal** indignou-se quando o Deputado Municipal disse que na Assembleia Municipal não tinham conhecimento das regras de atribuição dos apoios que tinham sido dados às juntas de freguesia para a realização de eventos, pois assim sendo não percebia o que ela estava ali a fazer.-----
- **O Deputado Municipal José Mateus** disse que sobre aquele tema, queria sugerir que o principal critério para a atribuição dos apoios tivesse como base o número de eleitores de cada freguesia.-----
- A **Deputada Municipal Jovita Ladeira**, dirigindo-se ao Deputado Municipal Jorge Corvo, disse que relativamente às atribuições dos apoios os mesmos não eram dados em função das cores políticas das juntas de freguesia.-----
- Acrescentou que em situações que extravasassem as competências e as transferências de verbas da Câmara Municipal, naturalmente qualquer uma das juntas de freguesia contactava a Presidente da Câmara Municipal ou o Executivo Municipal para apresentarem as propostas.-----
- Disse que tinha de haver iniciativa, dinamismo e propostas dos próprios presidentes de junta de freguesia no sentido de saber o que seria mais indicado para os seus fregueses e que interessava para a sua freguesia.-----
- Reafirmou que os apoios não eram dados em função das cores políticas.-----
- A **Deputada Municipal Ana Baioa** chamou à atenção a Presidente da Câmara Municipal dizendo que tinha em sua posse algo que lhe tinha sido fornecido e que dizia: “ (...) *neste sentido solicitamos a Vossa Excelência o apoio financeiro no valor de quinze mil euros, a exemplo do ano anterior, bem como a cedência do PA e iluminação do palco com respetivos técnicos (...)*”;-----
- Considerava aquela pouca informação para se avaliar se o valor pedido era realmente o indicado, ou não, para a realização da Vila Natal;-----



- Questionou sobre o que envolviam os quinze mil euros. Exemplificou que se alguém pedia um orçamento, o mesmo tinha de ser detalhado, não se podendo apenas dar as verbas sem se saber concretamente ao que se destinavam.-----
- A **Presidente da Câmara Municipal** disse que tinha visto naquele momento alguns regulamentos existentes relativos a apoios a freguesias e acontecia era que aquelas opções recaiam no Órgão Executivo, deixando de serem submetidas à Assembleia Municipal.-----
- Disse que era aquele o sentido do parecer de que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha falado emitido pela CCDR I.P. sendo que a legislação referia que a competência para aprovar apoios era da Assembleia Municipal.-----
- Mencionou que aquele apoio tinha começado a ser dado há dez anos atrás e estavam vistos e revistos quais os orçamentos e os valores que ali eram gastos, de ano para ano, pelo que quando o apoio era recorrente, quem pedia tinha como base o evento do ano anterior.-----
- Declarou que não se podia chegar à Assembleia Municipal e dizer que a Câmara Municipal dava as verbas que queria a umas juntas de freguesia e a outras não, porque era uma situação que nunca acontecia.-----
- O **Deputado Municipal Jorge Corvo** dirigindo-se à Deputada Municipal Jovita Ladeira, disse que aquela questão tinha sido levantada desde o princípio e quando as juntas de freguesia eram todas do PS, pelo que a cor partidária não estava em causa.-----
- Reiterou que tinham colocado a questão à CCDR I.P. e que a mesma tinha concordado com a existência de um regulamento.-----
- Acrescentou que o regulamento deveria enquadrar os subsídios que se pretendia atribuir a cada uma das juntas de freguesia, e que para ser atribuído deveria ser votado por todos na Assembleia Municipal, facilitando também os presidentes das juntas de freguesia no enquadramento das suas atividades;-----
- Terminou dizendo que a sua proposta seria no sentido de facilitar o trabalho das juntas de freguesia.-----
- O **Deputado Municipal José Graça** saudou todos os membros da Assembleia Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, os funcionários que estavam a colaborar na Assembleia Municipal e que permitiam que a mesma fosse vista por quem estava em casa através do Facebook.-----
- Relativamente à proposta, disse que tinha ficado esclarecida com a primeira resposta da Presidente da Câmara Municipal.-----

- Estavam a falar de uma matéria que dependia da iniciativa das freguesias no âmbito de autonomia financeira e administrativa, e com meios e recursos para o desenvolvimento das suas atividades, pontuais ou regulares, e que a Câmara Municipal ao longo dos anos vinha apoiando.-----
- Quando eram pedidos aqueles valores de ajuda, certamente seriam com base num orçamento pré-estabelecido, tendo em conta outras receitas eventuais que se iriam ganhar com a realização do evento.-----
- Acrescentou que não se podiam esquecer que quem estava do outro lado também promovia eventos e tinha consciência que se a junta de freguesia pedia a mais era porque estava a ser realista e pragmática no sentido do pedido de apoio que efetuava.-----
- Considerava que seria inútil no aditamento à Ordem de Trabalhos daquela Assembleia Municipal, voltarem a ter aquela discussão porque já tinham percebido a intenção da bancada do PSD em relação àquele tema.-----
- Declarou que esperava que houvesse amadurecimento em relação ao assunto e que, se a Câmara Municipal julgasse oportuno e tomasse a iniciativa de propor um regulamento à Assembleia Municipal, a bancada do PS estaria disponível para dar o apoio necessário na melhoria do texto a ser apresentado, caso fosse relevante pela Câmara Municipal submeter tal iniciativa à Assembleia Municipal.-----
- **A Deputada Municipal Carla Martins** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e a sua Mesa, a Presidente da Câmara Municipal, o Executivo Municipal, os membros da Assembleia Municipal, os presidentes das juntas de freguesia, o público que assistia em casa, bem como todos os serviços de apoio que estavam a trabalhar naquele momento. -----
- Em relação ao apoio, disse que tinha verificado que todos os anos quando era submetido o pedido de apoio para a Vila Natal de Santa Luzia naquela Assembleia Municipal havia sempre questões relativas aos apoios às juntas de freguesia. -----
- Disse que iria falar no seu caso, sendo Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, que apenas realizavam dois eventos por ano: a Festa dos Pescadores e a Vila Natal. -----
- A Vila Natal realizava-se há dez anos e, infelizmente sendo uma Junta de Freguesia pequena com um orçamento mínimo e reduzido, recorriam sempre ao Município de modo a conseguirem realizar os eventos.-----
- Reforçou que se não fosse com o apoio do Município, nunca conseguiam realizar os eventos, pois os valores eram muito elevados e faziam sempre os pedidos com base no orçamento. -----
- Explicou que não chegava à Câmara Municipal e pedia vinte mil euros e a Câmara Municipal dava-lhe os vinte mil euros. Não era assim que funcionava, pois o valor do aluguer do som era quatro mil euros acrescido de IVA e o aluguer de um stand custava duzentos euros mais IVA. No que se referia



ao espetáculo de dez ou quinze minutos, se fizessem um orçamento, este custaria entre trezentos e quinhentos euros.-----

--- Informou que quando faziam os pedidos ao Município estes eram baseados nos orçamentos solicitados e apresentada toda a programação;-----

--- Realçou que a Vila Natal era mais uma oferta numa freguesia, e que era realizada em Santa Luzia como qualquer presidente de junta podia realizar nas suas freguesias.-----

--- Disse que em Santa Luzia tinham tido aquela iniciativa que já constituía uma tradição pelo que tinham intenção de a manter, pois era um evento praticamente gratuito que era oferecido à população.-----

--- Informou que as verbas e as receitas que tinham eram mínimas, pelo que tinham que recorrer ao Município, esperando que o apoio fosse aprovado naquela Assembleia Municipal.-----

--- Terminou, deixando o convite a todos para visitarem a Vila Natal em Santa Luzia.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** dirigindo-se à Deputada Municipal Carla Martins disse que o pedido deveria de estar considerado aquando da apresentação do orçamento, porque nunca tinha estado em causa dar o subsídio a Santa Luzia ou a Cachopo, porque se estivesse regulamentado bastava chegar à Assembleia Municipal e dizer, por exemplo: *“(...) tal como o regulamento que aprovámos, vamos entregar a Santa Luzia X, valor como o Orçamento já foi aprovado de início(...)”*. --

--- Acrescentou que, tal como a Deputada Municipal Carla Martins tinha dito, a situação não era passível de ser enquadrada no Contrato-Programa, todavia estando a Câmara Municipal a contar com aquele pedido de apoio desde o início, seria mais fácil para gerir com todo o orçamento.-----

--- Referiu que se a Deputada Municipal Carla Martins soubesse que aquele valor já estava cabimentado, e todas as juntas de freguesia já sabiam os eventos que iriam realizar, tanto por história como por tradição, seria escusado serem apresentados peça a peça, sem qualquer regulamento, à Assembleia Municipal.-----

--- Concluiu dizendo que o que o Deputado Municipal José Graça tinha dito estava correto, era uma questão de enquadramento na Lei, não era uma questão de decisão ou de má vontade da bancada do PSD, mas uma forma de facilitar todos.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o regulamento estava perfeitamente enquadrado na Lei e não havia qualquer ilegalidade, e que a competência era da Assembleia Municipal, como estava previsto na Lei 75/2013.-----

--- No regulamento podia constar se a Câmara Municipal podia apoiar este tipo de questões; Quem é que apoiava se existisse disponibilidade financeira; A Câmara Municipal podia dizer que apoiava cinco, vinte ou trinta por cento do orçamento, ou não, ou deixar ao poder discricionário, porém os



regulamentos existiam para não precisarem de ser apresentados ao Executivo Municipal, ficando na competência do Presidente ou Vereadores. -----

--- Terminou dizendo que era perfeitamente legal e que ficasse bem claro que a Assembleia Municipal aprovava os apoios às juntas de freguesias, além de ser legal era sua competência. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Sousa** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, os membros da Assembleia Municipal, os colegas presidentes das juntas de freguesia, os funcionários do município e o público a assistir na Assembleia Municipal e em casa. -----

--- Disse que queria esclarecer que já estava a organizar o orçamento das festas e eventos para o ano de dois mil e vinte e quatro.-----

--- Falou que às vezes tinham o problema dos custos que previam pois quando chegavam ao momento da festa, os valores eram mais altos e tinham que recorrer à Câmara Municipal para os apoiar. -----

--- Relativamente ao regulamento existia um risco porque, se por exemplo, fossem considerados vinte mil euros para uma festa e trinta mil euros para outra, a festa poderia não ter o êxito pretendido devido ao grande aumento de preços.-----

--- Citando como exemplo, verificava-se um aumento significativo no valor cobrado pelos artistas que tinham contratado no ano de dois mil e vinte e três relativamente aos que pretendiam contratar no ano seguinte, o que criava dificuldades nos valores a prever em orçamento. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** disse que tinha apenas três questões a colocar sendo que a primeira era dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal.-----

--- Parecia-lhe que o Presidente da Assembleia Municipal demonstrava algum mal estar em relação a algum tipo de diálogo, que ele considerava a matriz da democracia. Pensava que era assim por considerar que tinham que falar uns com os outros e muitas vezes o Presidente da Assembleia Municipal tinha o problema de cortar a palavra. -----

--- Pedia desculpa por fazer aquele comentário, pois tinha uma grande estima pelo Presidente da Assembleia Municipal, mas aquela situação era recorrente sendo a razão por que tinha efetuado aquele reparo.-----

--- Dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal, disse que ninguém estava a questionar a legalidade da existência do regulamento e que a Presidente da Câmara Municipal tinha ficado agressiva com uma situação em que apenas pretendiam ajudar pelo que lhes chocava como é que a bancada do PS podia não estar a favor do aumento da transparência. -----

--- Disse que estavam a pedir que fosse regulamentada a atribuição de apoios para agilizarem o processo e garantirem aos presidentes de junta de freguesia que quando entregassem as propostas



das suas atividades, tivessem que cumprir um conjunto de critérios que automaticamente lhes dava acesso a esses apoios. -----

--- Voltou a referir que só queriam mais transparência para todos, para os presidentes de junta de freguesia quando faziam os seus eventos, ficando assim a população melhor informada. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que todos tinham respeito pelas palavras do Deputado Municipal Artur Gomes e que a democracia também ensinava que se interrompesse alguém, pois permitia ao outro que se expressasse e, quando o Deputado Municipal Artur Gomes estava a fazer comentários na sua bancada que eram audíveis, estava a incomodar o outro colega que estava a usar da palavra. -----

--- Acrescentou que ninguém o tinha interrompido e que todos o tinham respeitado sendo o que se pedia porque a democracia exigia respeito. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 357/2023/CM – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE SANTA LUZIA – VILA NATAL 2023, que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número cinco da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 358/2023/CM – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A APLICAR AOS RENDIMENTOS DE 2024.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que a proposta do Órgão Executivo era que a participação variável no IRS se fixasse novamente nos dois ponto cinco por cento. -----

--- Como era do conhecimento de todos naquela Assembleia Municipal, e de alguns tavirenses, sempre tinham tido até dois mil e vinte e um uma taxa mais elevada, sendo que o Município tinha baixado para os três e meio porque já estavam a devolver um valor significativo aos tavirenses, ou seja, metade daquilo que era para o Município ficava para as famílias. Em oposição iriam voltar a aplicar a derrama que representava o oposto tal como o IRC que se aplicava sobre as empresas. -----

--- Desconheciam a força do tecido empresarial mas iam aplicar uma pequena derrama também para tentarem perceber a situação e juntamente com a elaboração de um regulamento que permitisse diferenciar as taxas de derrama, por exemplo, aplicar uma taxa maior num determinado setor e menor noutra que lhes interessasse de algum modo que crescesse. -----

--- Disse que estavam a elaborar um regulamento que também iria ser apresentado à Assembleia Municipal para depois serem aplicadas as taxas de derrama diferenciadas por setor, pelo que aquela era a proposta para o ano a de manter a participação variável e depois pudessem baixar ainda mais o que fosse desejável. -----

--- Transmitiu que um dia o ideal seria não ter participação variável no IRS. -----



--- Exemplificou que pelo PSD podiam ter chegado ali e dito que a proposta era dois e meio por cento, mas como estavam alguns tavirenses a ver, tinham de explicar as propostas, pois a contabilização da perda da receita que era baixar a comparticipação tinha que ser efetuada.-----

--- Concluiu dizendo que os objetivos futuros do Município eram em relação à construção de habitação social, por exemplo, bem como outros projetos para melhorar a vida das pessoas, pelo que a proposta do Executivo Municipal era fixar aquela taxa nos dois e meio por cento. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que depois da explicação e das razões apresentadas pela Presidente da Câmara Municipal, era óbvio que desde dois mil e vinte tinha existido um esforço por parte da Câmara Municipal em reduzir o IRS. -----

--- Acrescentou que havia um esforço para ajudar as famílias no seu rendimento e um esforço contínuo para o alívio fiscal.-----

--- Considerava que se tratava de investimento em capital humano que era importante e que em gestões anteriores, sendo era cinco por cento, nunca tinha existido uma política de apoio às famílias;

--- Indicou que quando se dizia que a Câmara Municipal investia em capital humano era porque libertavam dois e meio por cento do valor do IRS para as famílias, verbas para dar resposta às dificuldades do dia-a-dia; -----

--- Referiu que era importante para quem os acompanhava, lembrar que até o ano de dois mil e oito a participação variável do IRS era de cinco por cento e quem estava na altura na autarquia não era o PS, e em dois mil e vinte o imposto do IRS tinha começado a reduzir três e meio por cento. -----

--- Explicou que o imposto tinha vindo a baixar progressivamente com sentido de responsabilidade, porque a maioria das receitas do orçamento da Câmara Municipal provinham dos impostos diretos e sendo importante gerir com equilíbrio e rigor, alocando os dois e meio por cento que a Câmara Municipal iria receber a investimentos em capital humano, em investimentos como habitação social e apoio às pessoas carenciadas.-----

--- Referiu que a Presidente da Câmara Municipal tinha explicado muito bem, que no ano seguinte seria possível gerir de uma forma mais equilibrada, permitindo libertar mais rendimento para as famílias e existir equilíbrio nas finanças públicas garantindo o futuro das mesmas. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que era engraçado como se viam as coisas de perspetivas diferentes e que não se tratava de libertar, mas sim de cobrar dois e meio por cento numa altura em que o IRS estava no máximo histórico que alguma vez tinha estado em Portugal e que estavam a cobrar aquele valor num Município que gerava conseqüentemente saldo de gerência.

--- Referiu que tal não fazia qualquer sentido sendo que apenas deveriam cobrar IRS quando estivessem a investir, o que não acontecia no momento, por exemplo, em habitação social.-----



- Afirmou que presentemente não estavam a fazer nada e que existiam municípios com muito menos e com necessidade de mais investimento, como era o caso de alguns no Alentejo, em que a não existia cobrança de IRS e, no entanto Tavira, um Município mais rico, cobrava dois e meio por cento. -----
- **O Deputado Municipal José Graça** disse que queria agradecer ao Deputado Municipal Jorge Corvo por reconhecer implicitamente o bom trabalho que o Governo do PS tinha feito, em que as receitas fiscais do Estado tinham vindo a aumentar até ao ponto em que estavam. -----
- Relembrou que há poucos anos tinham oito a dez por cento de taxa de desemprego e que naquele momento os valores do desemprego estavam no mínimo, e felizmente, existiam muitas pessoas a descontar para a Segurança Social, a garantir a sustentabilidade e a contribuir para o desenvolvimento do país pelo que estavam a receber o montante do IRS e de outros impostos. -----
- Disse que não queria deixar de sublinhar que a participação dos cinco por cento do IRS, era a participação do Município nos impostos nacionais, sendo um direito que os municípios tinham que era consagrado desde a Lei de Finanças Locais no ano mil e novecentos e noventa e oito, e que permitia aos municípios, no âmbito da sua capacidade de autonomia administrativa e financeira, decidirem se queriam ou não receber ou devolver uma parte. -----
- Acrescentou que naquele caso tinha existido uma divisão equitativa da participação do Município no IRS, de maneira que fosse possível, com aquele montante, contribuir para a manutenção das infraestruturas públicas existentes, mas também para a continuação do investimento público. -----
- Explicou que era muito importante e necessário que houvesse uma garantia de sustentabilidade das contas municipais, de modo a que as políticas públicas consagradas no Orçamento Municipal pudessem ser alcançadas. -----
- Informou que desde o ano dois mil e nove tinham vindo de uma forma continuada, sustentada, a reduzir os impostos no Município de Tavira. -----
- Disse que como não reduziam, acabavam com a derrama, tinham vindo a reduzir o IMI, introduziram a redução do IRS e, se a atual tendência de manutenção das contas públicas do Município se mantivessem, era possível continuar com aquela política. -----
- Informou que há alguns dias atrás tinham-lhe dito para não falar sobre este assunto em lado nenhum porque os outros presidentes das Câmara Municipais podiam ficar melindrados ou considerar uma provocação, mas o que faziam em Tavira tinha sido feito de uma forma sustentada e cuidadosa, de tal maneira que o Município de Tavira tinha alcançado a posição cimeira dos municípios, a nível nacional, em termos financeiros. -----
- Concluiu dizendo que o Município de Tavira tinha boas condições para apoiar os que mais necessitavam, tendo sustentabilidade e equilíbrio financeiro. -----



- A **Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que se o Deputado Municipal Jorge Corvo teimava em ver o copo meio vazio, ela disse que o via meio cheio, porque não estavam a tirar nada às pessoas, mas antes a dar.-----
- Disse que dois e meio por cento dos rendimentos das pessoas ficavam para elas e os outros dois e meio por cento iriam ser investidos em capital humano e outros investimentos no concelho de Tavira.-----
- Afirmou que era um investimento reprodutivo e que o Município de Tavira tinha uma fiscalidade amiga dos cidadãos, já de há muito tempo, e que, por acaso, quando o PSD estava na autarquia aplicava os cinco por cento.-----
- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** concordou com o valor que era aplicado quando o PSD estava na Câmara Municipal, e que se continuasse, era sinal que estavam a investir em habitação social, como tinha feito, era sinal que estava a recorrer ao crédito como tinha feito, era sinal que estava a dividir o investimento pelas gerações futuras.-----
- Continuou dizendo que era sinal que a cidade estaria a crescer e não estava a cobrar dois e meio por cento desnecessariamente sendo que sua tinha sido uma proposta realista e honesta.-----
- Tinham proposto que o IRS fosse dois por cento, porém nem esse meio por cento se tinha conseguido, apesar de existir a derrama, e que era de toda justiça naquele momento descer meio ponto percentual no IRS.-----
- Acrescentou que as famílias no contexto em que estavam, mesmo para o ano seguinte, se tivessem que se aumentar naquela fase em que a carga máxima de impostos sobre as famílias estava no máximo de sempre, não era de todo justo.-----
- Disse que sendo Deputada Municipal Jovita Ladeira professora, conhecia o recibo de vencimento de um professor entre os anos dois mil e quinze e dois mil e vinte e dois, pelo que sabia perfeitamente avaliar o nível de impostos e a diferença entre o que ganhavam antes e o que ganhavam no momento, que era quase nula.-----
- Estavam a falar do fim do governo de Passos Coelho antes da inflação, estavam a falar em Tavira numa boa vontade de reduzir no mínimo meio por cento que tinha sido a proposta que tinham apresentado.-----
- A **Presidente da Câmara Municipal** disse que tinha de concordar com o copo meio vazio e o copo meio cheio. Já há muito tempo que estava na Assembleia Municipal e como tinha dito o Deputado Municipal Jorge Corvo, estava no Executivo Municipal, sendo verdadeiro que a Câmara Municipal tinha vindo a baixar e tinha acabado com a derrama.-----
- Referiu que Tavira sempre tinha tido a taxa máxima, mas tinha baixado um e meio por cento no IMI que tinha tido a taxa máxima de zero ponto quatro tal como o IRS cinco por cento.-----



- Disse que provavelmente seria porque a Câmara Municipal não tinha feito habitação social, não tinha feito outras obras, mas tinha dado muito dinheiro às famílias porque tinha baixado o IMI o que todos sentiam porque já não estavam nos zero ponto quarenta por cento mas em zero ponto trinta e dois por cento tendo vindo a baixar de forma sistemática. Todas aquelas medidas estavam a ser tomadas de modo a que não prejudicassem o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal. -----
- Comunicou que tinham baixado o IRS, não tinham tido derrama permitido assim que as empresas se fixassem no concelho de Tavira. -----
- Relembrou quando tinham um parque industrial inacabado e, dirigindo-se ao Deputado Municipal Jorge Corvo disse que ainda só tinham falado da EMPET uma vez na Assembleia Municipal naquela noite. -----
- Reiterou que tinham devolvido muito dinheiro às famílias, sendo disso exemplo o facto de, quando tinha iniciado funções na Câmara Municipal, no ano de dois mil e nove, ninguém recebia bolsas de estudo estando presentemente a serem pagos trezentos mil euros em bolsas de estudo. ---
- Acrescentou que desde que o PS tinha assumido funções executivas na Câmara Municipal, os livros escolares do primeiro ciclo tinham passado a ser gratuitos e, presentemente estavam também a dar os livros de fichas gratuitos ao primeiro e segundo ciclos. -----
- Reforçou que forneciam as refeições às pessoas em situação de carência económica, apartamentos partilhados para pessoas em situação de sem-abrigo e tinham o centro de pernoita. ---
- Questionou sobre o que tinham no Município no tempo do PSD referindo que tinham uma empresa municipal que se o PS não tivesse chegado ao Executivo Municipal, pagavam as taxas mais caras do país, porque o contexto em que tinha sido criada a Taviraverde, tinha sido de que as tarifas por ano aumentavam quase vinte por cento, cuja situação não tinha sido aprovada pelo PS na Assembleia Municipal. -----
- Acrescentou que quando tinha integrado o Executivo Municipal, enquanto Vereadora Municipal, recebiam diariamente telefonemas de fornecedores que não recebiam pagamentos há vários meses, que a Empresa Municipal devia três ou quatro milhões de euros, o que colocava em causa a estabilidade financeira da Taviraverde e tinham um serviço de dívida a rondar os dez milhões de euros, orçamentos inflacionados de cinquenta e sessenta milhões de euros, pelo que questionava se tal era política. -----
- Disse que podia custar ao PSD aceitar o trabalho social que tinham feito às pessoas e famílias do concelho de Tavira, mas o que não podia permitir era que na Assembleia Municipal se dissesse que estavam a tirar dinheiro às pessoas, porque estavam a devolver dinheiro às famílias e a apoiar-las. -----



--- Terminou dizendo que iriam ter habitação social e iriam aos bancos pedir empréstimos para a habitação social, mas com o serviço da dívida que pudessem pagar para não hipotecar o futuro dos próximos executivos municipais, pois não gastavam como se não houvesse amanhã. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** lembrou o trabalho que tinha sido feito, em termos de habitação social, na Atalaia, sendo que gostaria de saber se para as pessoas ao verificarem o trabalho realizado e a quem a dívida tinha sido deixada, preferiam estar catorze anos sem uma única habitação social.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** dirigindo-se ao Deputado Municipal Jorge Corvo, disse que gostavam de falar sobre diversas coisas, por vezes com pontos de vista diferentes, outras não, no entanto, naquele momento, era evidente que estavam em tempos de campanha eleitoral;-----

--- Considerava que havia coação, que já tinham abordado um conjunto de assuntos ligados a política nacional, no entanto pretendia fazer mais um apontamento. -----

--- Tudo o que tinha sido realizado naquele período, e podia-lhe fazer chegar os documentos, tinha sido por altura do Governo do PS com políticas próprias para o investimento na área da habitação social e a custos controlados, pois tinha acompanhado muito bem aquele processo. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que era um facto que quem tinha investido em Tavira tinha sido Macário Correia do PSD, e desde então nem uma casa de habitação social tinha sido construída.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que pretendia fazer uma interpelação à Mesa, informando que ia fazer chegar um conjunto de documentos ao Presidente da Assembleia Municipal para atestar exatamente os programas nacionais à data e com o que tinha sido investido no concelho de Tavira, com fundos provenientes do próprio Governo do PS para a habitação. -----

--- Terminou dizendo que sempre o tinha defendido e que estava em causa a habitação condigna para as pessoas sendo que continuaria a fazer exatamente o mesmo, independentemente das cores políticas, porque não se tratava de um assunto com cores políticas e que considerava que era digno as pessoas terem habitação, pois com os problemas existentes, era fundamental. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 358/2023/CM – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A APLICAR AOS RENDIMENTOS DE 2024, que foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Gisela Viegas, Jorge Silva, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Mateus Costa, Jovita Ladeira, Maria João dos Anjos, Maria Manuela Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus e Virgílio de Horta, onze (11) votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Ana Rita Pacheco, António Brito, Artur Gomes, Elsa Ribeiro, Jorge Cruz, Jorge Corvo, Muriel Neto, Rafael Dias e Sónia Tomás, uma (1) abstenção do Deputado Municipal Gonçalo Santos. -----**



--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número seis da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 359/2023/CM – TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) – ANO 2024.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que aquela taxa era do conhecimento de todos e que estava na fatura da eletricidade. A proposta era de manter os zero, ponto vinte e cinco por cento, que era a taxa municipal que estava fixada nos termos da legislação em vigor.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 359/2023/CM – TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) – ANO 2024, que foi aprovada por unanimidade. ---

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número sete da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º360/2023/CM – DERRAMA A INCIDIR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2023.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que já tinha falado na Assembleia Municipal um pouco sobre aquele tema e, como já tinha dito, iriam iniciar novamente a cobrança da derrama estando a trabalhar no regulamento.-----

--- Propunham fixar apenas zero ponto um por cento, o que era uma taxa muito mais baixa, e uma taxa ainda inferior, de zero, ponto zero um por cento, para as empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros.-----

--- Tal como tinha dito, o objetivo era tentar perceber a consistência do tecido empresarial de Tavira e se podiam baixar ainda mais a carga fiscal às famílias, para além do valor que já tinham vindo a baixar ao longo dos anos.-----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que já tinham vindo a referir a aplicação daquela taxa, uma taxa reduzida de zero, vírgula um por cento, pelo menos desde o ano dois mil e um, altura em que fazia parte da bancada do PSD na Assembleia Municipal, sobre o lucro tributável a valores superiores a cem mil euros, cento e cinquenta mil euros, sendo que para os lucros inferiores não deveria ser aplicada qualquer taxa, sendo o valor zero.-----

--- O que tinham pedido na reunião de Câmara Municipal tinha sido que na página cinco do orçamento fosse retirado, como sugerido várias vezes pelos vereadores municipais do PSD, de acordo com o documento do orçamento que lhes tinha sido entregue, a questão referida quanto aos lucros tributáveis abaixo dos cento e cinquenta mil euros, que consideravam que não deviam ser isentos e explanados no documento.-----

--- Naquele dia, tinham alertado para o fato da isenção estar esplanada no regulamento futuro para lucros tributáveis abaixo dos cento e cinquenta mil euros, bem como em outras situações que fossem os sujeitos com sede no concelho, aqueles que criassem postos de trabalho e que mantivessem as isenções.-----



- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º360/2023/CM – DERRAMA A INCIDIR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2023; que foi aprovada por unanimidade.----
- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número oito da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 361/2023 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI). -----
- A Presidente da Câmara Municipal disse que propunham a descida de zero ponto trinta e três para zero ponto trinta e dois por cento, mantendo a descida contínua que tinham vindo a fazer e que continuava. Propunham também aplicação do IMI familiar, portanto, os valores de redução a acrescer para agregados com um dependente seria vinte euros, para dois dependentes, quarenta euros, e com mais de três dependentes seria de setenta euros. -----
- Informou que pretendiam majorar os prédios que estavam na área de reabilitação urbana e que também queriam aplicar aos prédios degradados, mas tal não estava a ser fácil apesar da fiscalização já ter feito algum levantamento e identificação dos proprietários e tinham de fazer a identificação no Portal das Finanças. Acrescentou que disse que tinham de ir prédio a prédio para verificar os que pretendiam majorar, o que estava a ser difícil.-----
- Tinham considerado reduzir a taxa de vinte por cento para arrendamentos para efeito habitacional, tentando de algum modo incentivar os proprietários a arrendarem o ano inteiro e não apenas nos períodos de verão como alojamento local. -----
- Convidou todos a verem e compararem o que se pagava de IMI há cinco anos atrás e o valor atual que certamente conseguiriam verificar uma diferença significativa. -----
- A Deputada Ana Rita Pacheco disse que, em relação á proposta, gostariam de ver em propostas futuras, relativamente aos jovens sobre a coleta de IMI que possibilitasse a devolução de uma percentagem coletada correspondente ao imóvel de primeira residência, sendo sobretudo uma forma de incentivar a primeira residência no concelho. -----
- Referiu também a importância na isenção do imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis, o chamado IMT, para os jovens até trinta e cinco anos na aquisição de habitação própria.----
- Sugeriu a criação de um regulamento que pudesse prever aquelas situações. -----
- A Deputada Municipal Jovita Ladeira disse que, em nome da bancada do PS, tratava-se da redução do IMI pelo sétimo ano consecutivo por parte do Executivo Municipal, pelo que era bom que comparassem a taxa cobrada, por exemplo, no ano de dois mil e nove e a taxa cobrada no ano de dois mil e vinte e três, para verificarem que já tinha descido.-----
- O Deputado Municipal Rafael Dias cumprimentou todos e perguntou se a receita do IMI do Município, receita efetiva, tinha descido ao longo dos últimos três anos. -----
- Disse que o parque habitacional devoluto do interior do concelho de Tavira deveria ter abertura na parte do IMI, deveria pensar-se numa estratégia que incentivasse a renovação do parque



habitacional para não continuar da maneira em que estava, e sem nomear sequer o dono atual do imóvel que estava parado em heranças indivisas.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que ponderava a questão do regulamento, mas aquilo que pensava é que muitas vezes os imóveis degradados não eram reabilitados porque estavam nas heranças indivisas, porque ninguém conseguia fazer partilhas, porque eram processos complicados e dispendiosos, acabando as famílias por não conseguirem vender ou por não estarem todos de acordo.-----

--- Exemplificou o caso de um senhor estrangeiro que tinha recebido no seu gabinete uns dias antes, que tinha feito uma escritura com sete pessoas, de uma casa do interior do concelho. -----

--- Referiu que eram motivos que tinham que ser ponderados e que o código previa que naqueles casos, houvesse reduções da taxa em algumas freguesias. -----

--- Terminou dizendo que eram situações que se podiam ponderar também no regulamento que tinha sido falado na Assembleia Municipal. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 361/2023 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número nove da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 364/2023 – REVOGAÇÃO DA POSTURA MUNICIPAL SOBRE CONDUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE CARRUAGENS PUXADAS POR SOLÍPEDES.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o município tinha o regulamento com quase vinte anos, e entretanto tiveram um pedido para licenciar uma atividade de passeios de charrete em Tavira, que após pronúncia, quer da Divisão do Ambiente nomeadamente da Unidade de Sanidade e de Bem-Estar Animal, mas também da Comissão Municipal de Trânsito, entendeu-se que não havia condições para aceitar o pedido feito em nome individual. -----

--- Disse que não havia condições por o animal estar ao sol e a cidade não estar preparada para este tipo de passeios, por isso, considerando que tinha sido indeferida aquela pretensão, tinham entendido propor à Assembleia Municipal a revogação deste regulamento para que não voltassem a existir pedidos semelhantes.-----

--- Concluiu dizendo que as entidades municipais e a Comissão Municipal de Trânsito também se tinha pronunciado considerando que não se devia licenciar aquele tipo de atividade, que, assim sendo apresentavam a proposta de revogação. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 364/2023 – REVOGAÇÃO DA POSTURA MUNICIPAL SOBRE CONDUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE CARRUAGENS PUXADAS POR SOLÍPEDES, que foi aprovada por unanimidade.**-----



--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número nove da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 366/2023/CM – ORÇAMENTO MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2024.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que o orçamento para o ano seguinte era ligeiramente superior ao orçamento inicial apresentado em dezembro do ano anterior, sendo este de trinta e oito milhões e meio de euros e o total do orçamento para o ano seguinte seria de quarenta e um milhões e meio de euros.-----

--- Explicou que as receitas correntes eram trinta e nove milhões e quatrocentos mil euros, e as despesas correntes eram de trinta milhões e novecentos mil euros, ou seja, sobrava sempre alguma receita para as despesas de capital.-----

--- Disse que organizavam o orçamento nos cinco objetivos estratégicos que já vinham do programa eleitoral que tinha sido colocados a sufrágio dos tavirenses, estando pois relacionado com as pessoas, as famílias, a entidade cultural, a valorização da economia, o município mais sustentável, mais seguro e com instituições mais modernas.-----

--- Deu a conhecer que faziam sempre uma comparação entre as verbas atribuídas a cada um dos objetivos, e achava que a comparação nem sempre dava grandes leituras. Dando como exemplo no ano anterior tinham uma dotação muito maior do que a do corrente ano nomeadamente no que se referia aos bombeiros, porque tinham a decorrer a empreitada do centro de meios aéreos, com um custo de dois milhões e trezentos mil euros e que já estava numa fase final, portanto a dotação daquela rubrica tinha decrescido.-----

--- Referiu que no dia que voltassem a lançar a empreitada do Quartel dos Bombeiros, a dotação voltaria a subir.-----

--- Explicou que no âmbito daqueles objetivos, e não sendo o orçamento verdadeiro do Município, não tinham intercalado o saldo de gerência e mais uma vez tinham usado o recurso ao financiamento não definido, porque tinham pretendido acomodar todas as despesas que tinham de ser dotadas por força dos compromissos assumidos e também tinham muitos sinalizados, com o orçamento não definido, uma série de empreitadas e apoios para que pudessem desenvolver as atividades no ano seguinte.-----

--- Mencionou que no ano anterior tinham melhorado o plano plurianual de investimentos que contemplava praticamente todos os projetos e empreitadas que esperavam lançar nos próximos tempos, inclusivamente para além da duração do Executivo Municipal, porque existiam sempre intervenções que se arrastavam.-----

--- Acrescentou que gostaria de destacar a habitação social, pois era verdade que o Executivo Municipal ainda não tinha construído nenhuma habitação social, mas tinha projetos para construir



quase cem casas, e a Câmara Municipal tinha comprado o loteamento cuja escritura tinha sido apresentada à Assembleia Municipal e estavam a desenvolver a alteração ao projeto para a construção de setenta e dois fogos.-----

--- Destacou que estava para lançamento na plataforma, o projeto para mais trinta e três casas, vinte e quatro em Cabanas de Tavira e nove em Santa Catarina da Fonte do Bispo. -----

--- Disse que tinham perspetivado a compra de um terreno na Luz de Tavira, que já tinham comprado um terreno em Santo Estêvão e andavam a fazer diligências para comprar um terreno em Santa Luzia. -----

--- Destacou as obras do Centro de Saúde, o novo edifício que esperavam lançar a empreitada no primeiro trimestre, a escola de Santa Catarina da Fonte do Bispo que tinha vários problemas a nível do projeto e que esperavam também lançar no primeiro trimestre do ano seguinte, os balneários da Escola D. Manuel I que aguardavam a aprovação do orçamento para a empreitada ser lançada. -----

--- Informou que estavam em vias de concretizar a compra da Animalar Tavira, pois já tinham o contrato de promessa de compra e venda. -----

--- Pretendiam o lançamento da empreitada no Pavilhão da Luz de Tavira e do Complexo Desportivo de Santa Luzia, a concretização da obra do ginásio (o arrelvamento do campo), apoios ao desporto e à cultura, a conclusão do Cineteatro, a requalificação das Ermidas do Calvário e de São Pedro, lançamento de uma empreitada da cobertura na igreja de Santa Maria e tinham para lançar uma empreitada no valor de trezentos mil euros. -----

--- Tinham contemplado os trabalhos de pavimentações em várias freguesias, a requalificação da rua de São Pedro e de Santo Estêvão e a Rua Joaquim Soares em Santa Luzia. -----

--- Disse ainda que a equipa de projeto e obras municipais continuava a trabalhar no Parque Verde do Séqua sendo que outra situação preocupante era o cais das Quatro Águas por questões de estabilidade.-----

--- Em termos de reabilitação da habitação social, principalmente na Quinta das Salinas, tinham ações previstas, algumas pela Taviraverde, para a redução das perdas de água que era a empreitada que estava a decorrer e tinha candidatura ao PRR. -----

--- Informou que a Taviraverde também estava a desenvolver em conjunto com as Águas do Algarve, o projeto para o aproveitamento das águas residuais na estação de tratamento do Almargem para a rega do campo de Golf Benamor.-----

--- Disse que tinham o ponto do plano de ação climática, a adesão à plataforma dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e uma série de projetos com vista à melhoria da cidadania e da participação.-----



- Referiu que gostaria de detalhar ainda mais mas que preferia fazê-lo quando o saldo de gerência fosse integrado, ficando estas totalmente espelhadas no Orçamento Municipal real que seria apresentado na Assembleia Municipal de fevereiro. -----
- Terminou dizendo que estavam a trabalhar na questão do protocolo para ver se conseguiam avançar com a reabilitação da igreja de São Francisco. Estavam também a trabalhar com a Irmandade e com o Centro Paroquial de Cachopo para a construção do Lar com financiamento PRR estando a tentar elaborar um protocolo de cooperação financeira que não estava concluído por estarem ainda a definir valores, mas contava que já estivessem definidos no orçamento com a integração do Saldo de Gerência.-----
- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** começou por falar da proposta do orçamento e que a bancada do PSD reconhecia que realmente tinha sido desenvolvido um cuidado maior na execução do referido documento do Saldo de Gerência, pois o orçamento só se tornaria real com a incorporação do mesmo.-----
- Disse que havia uma previsão que o saldo de gerência pudesse chegar aos vinte e dois milhões de euros mas que também seria útil que no documento do Orçamento constassem os dados comparativos relativamente a outros anos.-----
- Acrescentou que havia uma falta de dedicação dos pressupostos seguidos na elaboração do orçamento, assim como a identificação das responsabilidades contingentes, os processos, por exemplo, que decorriam no tribunal deveriam ser elencados para conhecimento. -----
- Continuando a análise do Saldo de Gerência e falando na previsão do mesmo, olhando para o orçamento, eram cerca de vinte e dois milhões de euros constavam como financiamento não definido que apenas seriam detalhados após a inclusão do Saldo de Gerência, contudo apenas cerca de sete mil e quinhentos euros estavam incluídos no plano plurianual de investimentos, ou seja, os restantes catorze mil e quinhentos euros seriam para despesas correntes, o que demonstrava algum desequilíbrio financeiro.-----
- Alertou que as despesas correntes de funcionamento que deviam estar cobertas, sendo que existiam despesas que a Presidente da Câmara Municipal já tinha conhecimento, como por exemplo, os protocolos assumidos com o Clube de Ciclismo e com o Centro de Ciência Viva, pelo que já poderiam constar como financiamento definido. -----
- Disse que só para dar o exemplo, o Centro de Ciência Viva tinha um total protocolado de cento e quinze mil euros, todavia no Orçamento estavam definidos cem euros e em financiamento não definido cento e catorze mil e novecentos euros.-----
- Dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal disse que já tinha referido algumas prioridades que tinham sido vincadas no início do Orçamento, no entanto gostava que fosse elencado,



nomeadamente, tanto em dois mil e vinte e três como no orçamento para dois mil e vinte e quatro, nas páginas iniciais, que a requalificação do património religioso continuaria a acontecer, quer através dos protocolos ou com as irmandades religiosas, quer a requalificação das ermidas do Calvário e de São Pedro, tanto no orçamento do ano passado como no do corrente ano, porém nas Grandes Opções do Plano e à parte do mapa três, estava referida a reabilitação das Ermidas do Calvário e de São Pedro, com um total de cem euros de financiamento. -----

--- Perguntou se estavam a pensar fazer alguma coisa em dois mil e vinte e quatro. -----

--- Quanto ao elevador dos Paços do Concelho que estava definido na apresentação do Orçamento do ano dois mil e vinte e três tinha sido retirado do Orçamento do ano de dois mil e vinte e quatro, sendo que não percebia o porquê de não existir vontade de realizar um acesso a pessoas com mobilidade condicionada, aos pisos superiores do edifício dos Paços do Concelho, como as obras de conservação do mesmo edifício, que estavam com um total de cem euros e financiamento definido, parecendo assim não existir vontade de realizar o que quer que fosse no ano de dois mil e vinte e quatro. -----

--- Mostrou que havia muito investimento que poderia ser feito, como por exemplo, a criação de gabinetes de apoio ao investimento, novos acessos para Cabanas de Tavira e Santa Luzia e pugnar pela variante da ER125 na Luz de Tavira. -----

--- Terminou referindo-se ao caso dos bombeiros, que era outra situação que os preocupava, por nada estar explanado no Orçamento nem para aquisição do terreno ou a construção do Quartel dos Bombeiros em algum terreno municipal. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal de Tavira** disse que tinha sido remetida, naquela semana, à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, informação sobre os terrenos disponíveis para o Quartel dos Bombeiros, e que se não tivessem a validação daqueles terrenos para a possível construção, não podiam colocar o projeto no Orçamento. Se em fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro tiverem obtido resposta da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil seria uma das questões que ficaria clarificada. -----

--- Afirmou que não se tratava de um verdadeiro orçamento pois as premissas que estavam associadas a um Orçamento, naquele momento não eram reais e credíveis, e, portanto, faziam com que todos os municípios que tivessem Saldo de Gerência, por força dos que tinham leis dos compromissos, quando faziam uma empreitada, sobretudo as de maior valor, tinham de cativar todo o valor da mesma. -----

--- Referiu que se fizessem uma empreitada de três milhões de euros com cronograma financeiro de três anos, à partida tinham que garantir que tinham os três milhões. Era assim a Lei dos



Compromissos permitia, sendo óbvio que todas as câmaras municipais acabavam por ter procedimentos que se atrasavam acabando por ter saldos de gerência significativos.-----

--- Disse que era óbvio que os projetos que não tivessem especialidades concluídas, não sabendo por isso se os iriam lançar antes do primeiro trimestre, não seriam dotados com verbas porque não era possível elaborar o Orçamento daquela forma.-----

--- Relativamente ao edifício dos Paços do Concelho não estava referido no articulado do Orçamento, como estavam todas as obras dos edifícios municipais. Talvez se tivesse esquecido, porque as páginas iniciais eram feitas por ela própria e não pelos serviços, nem pelos vereadores municipais, e já as fazia desde o tempo em que era Vereadora em conjunto com o Presidente da Câmara Municipal. ----

--- Disse que continuavam a trabalhar e que infelizmente tinham a vicissitude de serem transparentes pelo que não gostava que a tivessem acusado de falta de transparência tendo trabalhado muito para que o Orçamento fosse o mais transparente possível. -----

--- As explicações que tinham de dar sobre a construção do Orçamento eram sempre as mais explícitas possíveis, tal como as propostas que levava à Assembleia Municipal pois gostava que todos conhecessem o pensamento do Órgão Executivo, e que por vezes não era apenas o seu pensamento, mas de todos. -----

--- Explicitou que o que constava não queria dizer que as obras não fossem avançar, mas que existiam questões que não estavam ali, como por exemplo, o pedido de parecer do estudo prévio do Parque Verde do Séqua, que era um projeto ainda em fase de desenvolvimento na Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais. -----

--- Disse que só iriam contratar uma especialidade pois conseguiam elaborar as restantes o que sairia de uma rubrica mais genérica, portanto a transparência sim, quando eram obras com dimensão e volume e quando era lançada a empreitada ficava plasmada. -----

--- Os projetos em sede própria ou que pensavam fazer contratações muito pontuais, poderiam não constar com rigor mas não queria dizer que não se estivesse a trabalhar neles. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal eram os documentos mais relevantes na ligação da autarquia com os seus munícipes, já que refletiam as prioridades e as estratégias de desenvolvimento para o concelho e davam corpo ao compromisso que o PS tinha firmado com todos os tavirenses. -----

--- Após análise, quer do Orçamento, quer das Grandes Opções do Plano, a bancada do PS afirmava que o realismo, prudência, rigor e responsabilidade tinham estado na génese da construção dos documentos, realismo e prudência, porque não estavam isolados do mundo, naturalmente, deveriam saber ler o que se passava à volta, como impactava na vida dos tavirenses e a partir daí definir alguns caminhos. -----



- Disse que, em consequência do conflito Rússia-Ucrânia e de todas as causalidades resultantes do mesmo, a realidade exigia de quem estava na governação local um comportamento responsável, pois entendiam que face aos recursos financeiros que o Município dispunha, os mesmos eram fundamentais para a autonomia, uma vez que se não existissem contas certas não era possível realizar investimento público e desenvolver políticas sociais, económicas e ambientais corretas.-----
- Referiu que o rigor e a responsabilidade eram a marca da Presidente da Câmara Municipal, bastando recordar que no ano de dois mil e nove quando o PSD tinha deixado a Câmara Municipal, a dívida financeira era de cerca de vinte e sete milhões de euros acrescidos de mais dezassete milhões e meio de euros de dívida da EMPET.-----
- A dívida consolidada rondava os cerca de quarenta e quatro milhões e meio de euros, sendo a Presidente da Câmara Municipal a responsável por colocar as contas em dia, à data Vereadora Municipal responsável pela área Financeira.-----
- Disse que a Câmara Municipal liderava o ranking global de municípios financeiros no que dizia respeito à eficiência financeira pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses elaborado com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados, e do Tribunal de Contas.-----
- Acrescentou que o Município de Tavira continuava a investir na construção de uma política integrada de apoio à família, desenvolvendo um conjunto de boas práticas e garantindo às famílias o pleno exercício das suas responsabilidades, de forma a prevenir situações de risco.-----
- Reforçou que o Orçamento e as suas grandes opções eram documentos confiáveis e consistentes, não havendo necessidade de debater onde o dinheiro seria melhor investido, porque o histórico dava confiança e consistência no Executivo Municipal em funções, e o importante era a tomada de conhecimento dos cidadãos da medida em que o Orçamento impactaria nas suas vidas.-----
- Voltou a fazer referência à questão da habitação social, com a construção de cento e duas habitações em Tavira, vinte e quatro em Cabanas de Tavira, nove em Santa Catarina da Fonte do Bispo, seis em Santo Estêvão, a reabilitação do parque habitacional da Quinta das Salinas e treze habitações recentemente entregues em Tavira.-----
- Quanto ao apoio à renda, mais de sessenta famílias usufruíam da redução da taxa do IMI, fomentando assim o arrendamento.-----
- Referiu-se à requalificação do Centro de Saúde de Tavira e da Unidade de Conceição e Cabanas de Tavira, com o custo de cinco milhões de euros.-----
- Destacou a ampliação do Lar de Cachopo e a gratuitidade dos transportes públicos para todos os municípios.-----
- Realçou as medidas de combate às alterações climáticas e defesa do ambiente.-----



- Na área da educação, referiu a entrega de sessenta Bolsas de Estudo, com um investimento superior a duzentos mil euros.-----
- A requalificação do Pavilhão Desportivo da Luz de Tavira, no valor de quatrocentos e sessenta e oito mil euros, a construção de uma pista de atletismo em Santa Luzia, a requalificação do espaço envolvente do Polidesportivo da Conceição de Tavira, apoios a clubes e associações do município ascendiam a um milhão de euros. -----
- Acrescentou as requalificações previstas na área do património religioso, importante para o turismo, e a abertura do Cineteatro António Pinheiro.-----
- Disse que o Município de Tavira tinha uma fiscalidade amiga do cidadão, o IRS, o IMI, o programa de incentivos, o empreendedorismo, a valorização e reabilitação urbana. -----
- Quanto à questão da água, disse que o PSD falava algures que a Câmara Municipal não fazia nada, mas esta tinha previsto para o ano de dois mil e vinte e quatro um conjunto de investimentos.-----
- Referindo-se ao Orçamento Participativo, que conferia o poder de decisão de direito aos cidadãos, constituía-se um exemplo bem-sucedido com o Projeto dos Jardins Alimentares. -----
- Terminou dizendo que o PS queria caminhar para uma economia mais justa, uma sociedade mais sustentável e uma cidadania plena com equilíbrio financeiro. -----
- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que percebia que aquele primeiro Orçamento não era nada, era uma “*aberração*”, não se podia integrar logo o Saldo de Gerência naquele primeiro Orçamento e o município poder gerir á sua vontade, com as despesas que tinha a fazer e as integrações todas -----
- Mencionou que da parte da bancada do PSD, já que tinham sido bem-sucedidos em outras soluções, iam pedir ao Vereador Municipal Dinis Faísca, também Deputado na Assembleia da República, que tentasse intervir no sentido da situação ser ultrapassada.-----
- Acrescentou que existiam vários pedidos de municípios para que, quando discutissem o Orçamento, estivessem realmente a discutir o Orçamento e o Saldo de Gerência que já sabiam qual era.-----
- Referiu que a questão do Saldo de Gerência já deveria estar resolvida e podendo ser logo introduzida no Orçamento, para não causar constrangimentos aos clubes e associações que precisavam de receber o dinheiro e que não estava cabimentado, que não podiam receber pois estava no Orçamento deferido. -----
- Tratava-se de uma questão que já se colocava há muitos anos, pelo que esperavam que os deputados da Assembleia da República pudessem ajudar a resolver a situação, porque até estavam em Comissões que estavam relacionadas com as autarquias locais, sendo um dos objetivos estratégicos do município a valorização da identidade cultural.-----



- Com o Cineteatro novo prestes a ser inaugurado, disse que tinham de arranjar forma de cabimentar naquele Orçamento, uma sede para a Armação do Artista, que era uma Associação que fazia um reconhecido trabalho no concelho de Tavira e que agregava um grupo com uma grande dedicação ao teatro. -----
- Informou que já lhes tinham entregado duas sedes com poucas condições, com necessidade de realização de obras que a Associação não podia arcar. -----
- O desafio que fazia para o Orçamento, já que o Cineteatro estava praticamente terminado, era considerarem uma sede com as obras necessárias para a Associação poder minimamente trabalhar, formar jovens, fazer ensaios, onde pudessem fornecer conteúdo para o teatro em Tavira. -----
- Em relação ao mesmo ponto e sobre a cultura tinha sido investida uma elevada verba nos espetáculos durante todo o ano, em especial no verão, principalmente em grupos de fora sendo que os artistas da terra eram pagos quase ao desbarato. -----
- Deu o exemplo do grupo “*Entre Aspas*”, que comemoravam naquele ano trinta anos de carreira, e todos os municípios vizinhos lhes tinham prestado homenagem todavia Tavira, apesar da disponibilidade demonstrada pelo grupo, não tinha tido um único espetáculo daquele grupo com artistas da terra. -----
- Disse que eram duas situações que poderiam considerar no Orçamento, na parte da cultura. -----
- Referindo-se à EMPET dado que não havia qualquer menção no Orçamento apenas no quadro da página noventa e sete onde era referido que o valor contabilístico da EMPET era zero e que a empresa estava em processo de insolvência, o que era referido na Assembleia Municipal era que estava em processo de liquidação, o que era diferente de insolvência, e que se já alguém tinha decidido colocar à insolvência, não tinham contado com o apoio e a concordância da bancada do PSD. -----
- **O Deputado Municipal José Mateus** disse que gostava de lisonjear a Câmara Municipal por várias obras que iam ser executadas na Freguesia de Tavira, mas também pelas restantes que estavam a ser realizadas nas outras freguesias, obras de requalificação de bairros sociais o que era muito importante. -----
- Agradeceu à Presidente da Câmara Municipal pelas obras que estavam a ser realizadas na zona do Almargem e da Capelinha, existindo outras estradas que também iriam ser requalificadas. -----
- A recuperação de estradas e caminhos tinha vindo a ser uma qualidade dos governos de Jorge Botelho e da atual Presidente da Câmara Municipal. -----
- Pediu para que a Presidente da Câmara Municipal não deixasse de fazer a habitação social que estava prevista, mas que não deixasse dívida para não acontecer o que tinha acontecido anteriormente. -----



--- Terminou dizendo que ficava espantado a preocupação com a mobilidade e a acessibilidade ao Município, que era uma necessidade e achava por bem que fosse concretizada. Tinha tomado a iniciativa de fazer uma acessibilidade para quem visitasse a Igreja de Santiago tendo sido parabenizado pela iniciativa. Referiu que parecia que havia quem estivesse preocupado com o acesso, contudo não se tinham preocupado por algo que tinha sido bem realizado. -----

--- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco**, dirigindo-se ao Deputado Municipal José Mateus, disse que não tinha culpa que não soubesse o que era o cumprimento do que eram as obrigações quando se fazia um projeto na Câmara Municipal, fosse particular, fosse uma instituição, fosse o que fosse, pois todos tinham de cumprir os trâmites legais para não serem iguais a outros, se calhar, para não se tornar prática no Concelho de Tavira quando se fizesse algo do género. -----

--- Disse que todos queriam acessibilidades mas tinham de cumprir regras, pois na construção da rampa não tinha existido projeto nem parecer, portanto tratava-se de uma ilegalidade. -----

--- O **Deputado Municipal Rafael Dias** questionou o que estava naquele Orçamento para a Freguesia de Cachopo. -----

--- Disse que era um Orçamento esperançoso, demagogo e muito simples. -----

--- Referia que era esperançoso pois estavam a acabar o Centro de Meios Aéreos de Cachopo e tinham a obra do Lar a começar, bem comparticipada pela Câmara Municipal, embora tivessem de rever os valores de apoio ao próprio ou à própria instituição que a iria executar, uma vez que não tinha financiamento total para a obra em questão. -----

--- Mencionou que estavam a resolver um conjunto de outros problemas de obras momentâneas que tinham de ser realizadas como procedimentos e outras questões pontuais que teriam que ser resolvidas. -----

--- Considerava o Orçamento demagogo porque continuava a não ver a rubrica, embora estando aberta uma rubrica para habitação de custos controlados inscrita no Orçamento, os arruamentos da aldeia de Cachopo que eram adiados mais um ano. -----

--- Era injusto porque tinha uma rubrica inscrita na parte das receitas que nem deveria pertencer ao Orçamento, mas a outra instituição. -----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** passou a responder ao Deputado Municipal Jorge Corvo, dizendo que ia começar pelo tema da EMPET. -----

--- De momento tinha uma dívida de quatro milhões de euros e quando ela tinha assumido as funções de Presidente da Câmara Municipal, tinha uma dívida de dezoito milhões de euros, portanto, a Câmara Municipal, financeiramente, se avançasse para uma liquidação que tivesse que haver ónus pensava que conseguia acomodar no Orçamento os quatro milhões de euros da EMPET. -----



- Disse que, de momento, estavam com um problema processual derivado da competência do liquidatário e ou da sua falta de vontade para resolver o processo.-----
- Acrescentou que a única informação que tinha da EMPET era a do conhecimento da Assembleia Municipal, já tendo falado várias vezes com o contabilista na esperança que lhe fizesse chegar a informação, mas continuava à espera para marcarem uma reunião porque era um assunto a ser resolvido.-----
- Sobre a questão da Armação do Artista – Associação Artística, Cultural e Desportiva, disse que já tinha dito ao Vitor Correia e reiterava, que podia cabimentar um apoio para o arrendamento de um espaço, mas era necessário encontrar um espaço bom para o desenvolvimento da atividade. A Câmara Municipal ajudava a pagar o arrendamento, pois de momento a Câmara Municipal não tinha nenhum espaço em condições para ceder.-----
- Disse que a Câmara Municipal não conseguia em qualquer um dos edifícios que já lhes tinham sido cedido, fazer uma obra assim tão facilmente, num ano, porque a última sede que lhes tinha sido cedida, na altura por um Vereador Municipal que já não integra o Executivo Municipal não estava localizada no local adequado nem casa de banho tinha.-----
- Afirmou que há pouco tempo tinha tomado conhecimento da vontade dos Entre Aspas atuarem em Tavira, todavia não tinha tido qualquer pedido de reunião sobre o assunto nem o Grupo tinha falado com a Presidente da Câmara Municipal.-----
- Informou que tinha falado de imediato com o José Barradas, responsável pela Cultura, tendo havido conversas para que os Entre Aspas integrassem a programação do Verão em Tavira no Palácio da Galeria contudo não tinham mostrado interesse em realizar um espetáculo na abertura do Cineteatro, pois o seu propósito era de terem um espetáculo ao ar livre e com entradas gratuitas. ---
- Referiu que poderiam realizar o espetáculo mas tinham que esperar que as condições climáticas melhorassem.-----
- Entre as conversas que tinha trocado com o José Barradas tinha entendido que possivelmente, os Entre Aspas estariam interessados no espetáculo da Passagem de Ano, mas, como todos sabiam, já tinham compromissos assumidos com os grupos que tinham divulgado.-----
- Abordando a questão dos grupos de fora, não aceitava a crítica, porque sempre tinham integrado no Verão em Tavira, grupos de Tavira como por exemplo os Osmose e os GIGGY, A Banda, no Natal também tinham grupos de Tavira como o Coro Jubilate Deo, os Grupos Corais, pelo que considerava que eram bastante inclusivos.-----
- Disse que os Entre Aspas já tinham estado várias vezes em Tavira, a Viviane a solo no ano anterior no Verão em Tavira, na altura da pandemia em que se tinham realizado os espetáculos *online*, por isso aquela era uma crítica que não podia aceitar de ânimo leve.-----



--- Iria fazer uma proposta para um espetáculo num espaço ao ar livre e com entradas gratuitas. -----

--- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Rafael Dias, disse que não sabia qual era a rúbrica a que ele se tinha referido. Provavelmente como Cachopo era a Freguesia maior mas com menos eleitores e que tinha um partido diferente, teria sido a razão pela qual não tinha ali gasto dois milhões e trezentos mil euros num heliporto, continuando em contentores. -----

--- Acreditava que que metade das pessoas de Tavira não soubessem daquele investimento em Cachopo e, se fosse demagoga, o investimento não tinha sido realizado. -----

--- Disse que a Câmara Municipal podia não ter incentivado, apoiado e pago a ampliação do Lar de Cachopo, porque em Cachopo também ninguém percebia que iria haver um Lar ampliado, que, sendo em Tavira talvez fosse mais perceptível pelo que tinha referido. Voltou a questionar se tanto ela como o Orçamento eram demagogos. -----

--- Referiu que se investisse um milhão e meio de euros na cidade em vez da ampliação do Lar de Cachopo, teriam muito mais visibilidade e certamente mais votos. -----

--- Disse que se calhar devia ter começado por alcatroar as estradas em Tavira em vez de Cachopo, pois deveria ter mais visibilidade. -----

--- Informou que os Partidos Políticos existiam na altura das eleições e para colocarem as candidaturas, sendo que, a partir daí, o Executivo Municipal governava para todos sem cores políticas e recebiam todos por igual, o que não era o caso do Deputado Municipal Rafael Dias sendo um problema que tinha de resolver na sua Freguesia. -----

--- Continuou, falando no assunto da habitação social de Cachopo, o loteamento que lá estava não tinha como objetivo a construção de casas, o objetivo era colocar à venda os lotes com projeto de arquitetura. Em momento algum tinha referido que iriam construir habitação social em Cachopo, pois até tinham vários pedidos de pessoas de Cachopo para irem para a cidade, e há um ano atrás tinham aberto um concurso para Cachopo que apenas tinha tido um concorrente. -----

--- Continuou dizendo que tinham quatrocentas candidaturas para habitação social e não lhe parecia que a procura fosse para Cachopo. -----

--- Tinham acabado de investir mais de cento e noventa mil euros na abertura do pré-escolar de Cachopo, e se a Presidente da Câmara Municipal fosse como o Deputado Municipal Rafael Dias estava a acusá-la, tinha aberto mais salas de pré-escolar em Tavira pois tinha mais visibilidade e votos. -----

--- Disse ao Deputado Rafael Dias que tinham de ter mais cuidado com o que era dito. -----

--- Outra questão que não tinha falado era sobre o lançamento da empreitada do projeto vencedor do Orçamento Participativo do ano dois mil e vinte, a reabilitação do espaço exterior da escola de Santa Luzia que aguardavam lançar em janeiro do ano dois mil e vinte e quatro. -----



--- Terminou dizendo que a previsão que tinham quando prestassem contas no final do ano, só em Cachopo, era de dois milhões e meio de euros no Centro de Meios Aéreos, setecentos e cinquenta mil euros na estrada, cento e noventa mil euros no Centro Infantil, acrescidos do investimento na ampliação do Lar. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** voltou a falar no assunto dos Entre Aspas, e disse que teve o cuidado de ouvir as queixas, de procurar saber junto dos elementos do Grupo e o que os tinham motivado a reclamar era que o grupo não tinha atuado em Tavira, apenas a vocalista Viviane a solo, pois para ser possível o grupo atuar em formato de banda tinha que ser um espetáculo ao ar livre. ---

--- Disse que quando Rui Veloso tinha ficado doente, havendo a possibilidade de substituição, tinham contratado um grupo em detrimento dos Entre Aspas quando podiam ter sido úteis naquele momento.-----

--- Afirmou que a Presidente da Câmara Municipal poderia não saber, não estavam a falar em favorecimento, mas opções. Havendo dois grupos com o mesmo valor, o que estava em causa era a escolha de um grupo de fora em vez de um grupo da cidade e que mereciam ter uma homenagem em Tavira.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não tinha sido assim, estavam no Porto no programa Praça da Alegria da RTP1, e o Manager do Rui Veloso tinha telefonado ao José Barradas a informar que o artista estava com Covid, e durante a viagem de volta para Tavira, tinham realizado telefonemas e em nenhum momento tinha existido a conversa dos Entre Aspas.-----

--- Quando chegaram a Tavira já tinham a opção do Miguel Araújo. Portanto ninguém tinha falado com a Presidente da Câmara Municipal nem com o José Barradas, aquela conversa simplesmente não tinha existido.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** reiterou que o orçamento era esperançoso porque tinham a obra do heliporto, que não era só importante para Cachopo, mas para o Algarve todo, Andaluzia e Baixo Alentejo e era uma estrutura que a Presidente da Câmara Municipal podia ter executado no local que entendesse.-----

--- O heliporto estava lá há vinte anos, por isso, por algum motivo, a Proteção Civil o tinha posto lá, era um local estratégico de emergência, intervenção e saída rápida.-----

--- Enalteceu o investimento no infantário, e disse que o Orçamento era demagogo no sentido de estarem à espera de intervenções de fundo no Centro da Aldeia e no Parque Habitacional, entendendo que fosse noutra altura.-----

--- O Orçamento era ingrato porque as pessoas pagavam impostos e a rúbrica dizia respeito a vinte e nove hélices, do Parque Eólico do Malhanito.-----



--- O **Deputado Municipal Carlos Sousa** disse que estava com atenção à conversa do Deputado Rafael Dias e que se soubesse que não gostava de ter o heliporto em Cachopo, tinha dito para contruírem na Alcaria do Cume que ficaria satisfeito com aquele investimento. -----

--- Questionou a Presidente da Câmara Municipal sobre qual tinha sido o valor do investimento no ano de dois mil e vinte e três em Santa Catarina.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a **PROPOSTA N.º 366/2023/CM – ORÇAMENTO MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2024**, que foi aprovada por maioria com quinze (16) votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Gisela Viegas, Jorge Silva, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Mateus Costa, Jovita Ladeira, Maria João dos Anjos, Maria Manuela Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus e Virgílio de Horta, onze (11) votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Ana Rita Pacheco, António Brito, Artur Gomes, Elsa Ribeiro, Jorge Cruz, Jorge Corvo, Muriel Neto, Rafael Dias e Sónia Tomás, Gonçalo Santos. -----

--- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que tinha uma declaração de voto para juntar ao ponto que tinha sido votado, que pensava aq ue não valia a pena estar a ler, sendo anexada à ata, porque senão corriam o risco do único público que tinham ir embora porque já era muito tarde. -----

--- Apresentou a seguinte declaração de voto do PSD, que se transcreve: -----

--- *“O Orçamento Municipal, para além do documento estratégico mais importante do Município, é a base para o desenvolvimento de toda a atividade municipal, onde todas as ações, obras, projetos e investimentos estão necessariamente definidos. -----*

--- *Somos conhecedores da imensa dificuldade que subjaz a sua elaboração. Reconhecemos, que deverá refletir a visão do executivo para o Concelho de Tavira nos próximos anos, no entanto, deverá contar com a contribuição democrática dos eleitos pelo PSD e dos restantes partidos, nomeadamente a que se encontra regulamentada no Estatuto do Direito de Oposição. -----*

--- *Relativamente à proposta em apreço, apontamos as seguintes observações: -----*

--- a) *Reconhecemos o esforço que tem vindo a ser feito na melhoria da apresentação do documento, com a incorporação de algumas das sugestões já efetuadas. O orçamento municipal de 2024 integra já os valores estimativos do saldo de gerência na coluna do financiamento não definido, permitindo desde já uma aproximação ao documento final. O desdobrar das Grandes Opções do Plano e a apresentação do Plano Plurianual de Investimento por separada, permite uma leitura mais rápida e efetiva dos investimentos municipais; -----*

--- b) *Seria igualmente útil que no orçamento apresentado constassem os dados comparativos relativamente ao documento do ano anterior, para se verificar a evolução das despesas e receitas. Há um único quadro comparativo com base nos 5 Objetivos Estratégicos;-----*



- c) Falta a indicação dos pressupostos seguidos na elaboração do orçamento, assim como, “a identificação das responsabilidades contingentes”. Os processos que decorrem em Tribunal deveriam ser elencados, não só para conhecimento, mas também, porque poderá ter reflexo orçamental;-----
- d) As receitas consignadas, resultantes da transferência de competências do Estado Central, deveriam integrar uma estrutura que permitisse, de forma clara e imediata, “aferir os montantes afetos a todo o processo e para cada uma das áreas descentralizadas”. Mais, o documento integra as receitas consignadas de forma desequilibrada, inclui cerca de 3.563.600€ na parte da receita e somente cerca de 2.506.400€ de despesas; -----
- e) No financiamento não definido indica-se cerca de 22.000.000,00€, mas somente cerca de 7.500.000,00 estão incluídos no PPI (Plano Plurianual de Investimento), ou seja, os restantes 14.500.000€ serão para despesas correntes, o que demonstra o desequilíbrio financeiro do documento. Este desequilíbrio financeiro acentuou-se relativamente a 2023; -----
- f) Alertamos para o facto de que as despesas correntes (de funcionamento) devem estar cobertas, cabalmente, pelo orçamento original, e nunca considerando o saldo de gerência (exemplos: Protocolo Clube de Ciclismo de Tavira com a Escola Fixa de Trânsito; Protocolo com o Centro de Ciência Viva; Contrato de fornecimento de refeições escolares; Protocolo com a Orquestra do Algarve ou o contrato de gestão da limpeza de praias). Afira-se no relatório do orçamento que “a futura revisão do orçamento 2024, para efeitos de incorporação do saldo de gerência, estima um incremento da dotação os valores de investimento de capital em cerca de 7,5 milhões de euros, que se encontram nesta fase como não definidos, entrando em contradição com os valores não definidos do PPI que representam 22.000.000,00, pelo que se conclui que 14,5 milhões serão para despesas correntes; -----
- g) As despesas com pessoal tem vindo gradualmente a aumentar e configuram 51% das despesas correntes. Acresce a este cenário os 148 trabalhadores que o município prevê integrar em 2024;-----
- h) 74,46% do orçamento destina-se a despesas correntes (não considerando nesta percentagem os 14,5 milhões que serão incorporados aquando a inclusão do saldo de gerência) e apenas 25,54% a despesas de capital; -----
- i) Urge mais investimento, e não está previsto o recurso a crédito (BEI), fundamental numa gestão responsável, moderna e flexível, permanecendo a opção política de esta geração pagar tudo a pronto, sem deferimento para gerações futuras (Ex: Ponte Gilão e Auditório);-----
- j) Consideramos fundamental que estivesse refletido no orçamento os seguintes investimentos, que se apresentam como estruturantes, que tem vindo a ser constantemente transmitidos e afirmados: -----
- **Economia, Turismo e Emprego:** Programa de resolução da EMPET por forma a permitir a revitalização do tecido empresarial do concelho. Trata-se de uma situação que já se arrasta há

demasiado tempo, pese embora o facto das várias insistências realizadas pelo PSD, pelo que apelamos novamente para a urgência de se encetarem todas as diligências consideradas necessárias, por forma a resolver a presente questão com a devida eficácia; -----

--- Criação do Gabinete de apoio ao Investimento;-----

--- Isenção IMT (até 35 anos);-----

--- Criar regulamento que permita a discriminação positiva dos residentes permanentes na aplicação do IMI (1ª habitação); -----

--- Fixar a participação variável no IRS em 2 %. -----

--- **Saúde, Ambiente e Bem-estar:**-----

--- Implementação de medidas mais arrojadas e visionárias na gestão eficiente da água, que impliquem o armazenamento da água da chuva e reutilização da água tratada; -----

--- Reabilitação do Pego do Inferno, no âmbito do Ecoturismo; -----

--- Tornar uma prioridade a existência de um Parque Urbano Verde (Pulmão da Cidade); -----

--- Definir localização e prever os estudos para a implementação do Quartel de Bombeiros.-----

--- **Urbanismo e Mobilidade:**-----

--- Concluir revisão do PDM; -----

--- Definir novos acessos de Cabanas e Santa Luzia à ER 125;-----

--- Pugnar pela variante da ER 125 na Luz de Tavira; -----

--- Corredores pedonais de acesso das urbanizações a norte da ER125 ao centro da cidade;-----

--- Pugnar pela alteração do POOC Vilamoura - VRSA, com o objetivo de integrar acessos à orla costeira/Ilhas barreira, mormente a construção do acesso pedonal à Ilha de Cabanas;-----

--- Visão estratégia para o Centro Histórico;-----

--- Criação do Centro Intermodal de transportes.-----

--- **Património e Cultura:**-----

--- Certificação de produtos tradicionais/loais;-----

--- Núcleo museológico Corte Real/Fenícios;-----

--- Reabilitação faseada do Convento de São Francisco; -----

--- Requalificação do antigo Quartel da GNR;-----

--- Remodelação do edifício da corredoura (ex-serviços municipalizados);-----

--- Promover as produções culturais das Associações Locais. -----

--- **Educação, Desporto e Ação Social:**-----

--- Tornar uma prioridade a Requalificação da Escola Secundária de Tavira;-----

--- Estratégia de desenvolvimento desportivo, nomeadamente nas modalidades do futebol, ciclismo e atletismo; -----



- *Infraestruturas Náuticas.* -----
- **Participação, Cidadania e Transparência:** -----
- *Criação de regulamento de atribuição de subsídios às associações e coletividades, com regras claras e objetivas;*-----
- *Revitalizar o voluntariado (criação de parcerias locais, nacionais e europeias);* -----
- *Acessos aos Paços do Concelho para pessoas com mobilidade reduzida. Os Paços do Concelho deveriam ser o exemplo de acessibilidade e, uma vez mais, o Orçamento esquece esta prioridade. ---*
- *Face aos pontos indicados, não podemos concordar com a presente proposta de orçamento e apresentamos a presente Declaração de Voto Contra, relativamente à Proposta n.º 366/2023/CM - Orçamento municipal e mapa de pessoal para o ano 2024.* -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dez da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 373/2023/CM – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE CACHOPO.**-----
- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que tinha mais uma coisa para Cachopo, mais vinte e cinco mil euros de um Orçamento demagogo. -----
- Referiu que no ano de dois mil e vinte e um, a então Presidente da Junta de Cachopo, à semelhança do que tinha sido feito nas freguesias de Tavira e Santa Catarina da Fonte do Bispo, tinha solicitado a transferência da titularidade dos contadores relativamente aos furos de abastecimento de água que tinham nos montes. -----
- Assim sendo, o atual Presidente da junta de Freguesia de Cachopo também tinha vindo a insistir naquela questão.-----
- Tinham solicitado os comprovativos dos pagamentos da energia elétrica relativamente aos furos na Freguesia de Cachopo, e que desde maio do ano dois mil e vinte um até outubro do ano de dois mil e vinte e três, com aquela despesa, a Junta de Freguesia tinha gasto vinte e quatro mil e oitocentos e sessenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos.-----
- Assim, a propunham dar um apoio, ainda que existisse um regulamento, para a Junta de Freguesia de Cachopo. -----
- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que era uma questão de igualdade e esperava que na Assembleia Municipal seguinte houvesse o mesmo critério para a União de Freguesias da Conceição e Cabanas de Tavira. -----
- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que um furo não era um imóvel e voltava a frisar que os abastecimentos públicos de água e aquele tipo de furos eram competência da Junta de Freguesia.-----
- Acrescentou que a Câmara Municipal de Tavira, em determinada altura, tinha apoiado a Freguesia de Tavira e Santa Catarina da Fonte do Bispo.-----
- Terminou dizendo que a questão era bastante discutível de acordo com o seu ponto de vista.-----



--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 373/2023/CM –  
**ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE CACHOPO, que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- A Presidente da Câmara Municipal desejou umas Boas Festas a todos, um Feliz e Santo Natal, um  
Feliz Ano Novo com plena saúde e cheio de realizações profissionais.-----

--- Em seu nome e do Presidente da Assembleia Municipal, convidou todos para o habitual Bolo-rei  
no final da Sessão da Assembleia Municipal. -----

--- **Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

--- O Deputado Municipal José Graça agradeceu os votos formulados pela Presidente da Câmara  
Municipal, em nome da bancada do PS, e desejou que o espírito de Natal reinasse no mundo, que  
infelizmente havia muitos locais onde os conflitos continuavam a impedir que muitas crianças,  
homens e mulheres vivessem em tranquilidade aqueles dias de festa.-----

--- Desejou votos de Boas Festas a todos os membros da Assembleia Municipal e a todos que  
acompanhavam nas redes sociais.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os votos do Deputado Municipal José Graça e  
formulou também os mesmos votos.-----

--- Agradeceu a todos os que tinham colaborado para que fosse possível o funcionamento da  
Assembleia Municipal, a presença dos deputados municipais, do Executivo Municipal, incluindo os  
funcionários da biblioteca municipal, os técnicos de informática, de som e imagem e os serviços de  
de apoio à Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Dirigindo-se aos Deputados Municipais Artur Gomes e Jorge Corvo disse que tinha muita estima e  
consideração por ambos, mas uma coisa era a estima e a consideração outra coisa era o  
funcionamento da Assembleia Municipal, pois haviam normas que tinham de cumprir e respeitar  
para que fosse possível ouvir o que o outro queria dizer. -----

--- Terminou desejando um Bom Natal a todos, um Bom Ano Novo cheio de esperança do que  
desejavam para as concretizações e sonhos. -----

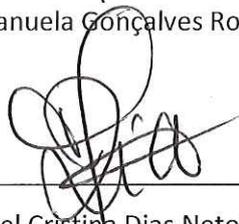
--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão  
pela uma hora e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada  
vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,

  
\_\_\_\_\_  
(Mária Manuela Gonçalves Romão)

  
\_\_\_\_\_  
(Muriel Cristina Dias Neto)



## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

#### AGENTES DA PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO DE TAVIRA

No âmbito da prevenção, proteção e socorro, os diversos agentes de proteção civil em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil realizaram diversas atividades e ações, no que respeita ao reforço do efetivo, patrulhamento e vigilância, contribuindo assim, para um verão mais seguro, sem ocorrências relevantes, transmitindo à população um sentimento de confiança e segurança no nosso concelho.

- O reforço das patrulhas de vigilância pela serra na prevenção de incêndios rurais, o aumento das patrulhas por parte das forças de segurança, originando menos ocorrências, no que respeita a furtos e desacatos.
- A implementação do programa “Pessoas Seguras Aldeias Seguras” nas localidades mais isoladas da nossa serra, a limpeza de aglomerados, a criação de faixas de gestão de combustível, protocolos de colaboração estabelecidos com diversas entidades como o Exército (Regimento de Infantaria I), Agrupamento 100 dos Escutas, Clubes e Associações de caça, Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão.
- Contratação de máquinas para primeira intervenção de forma a dar resposta a ocorrências, e a implementação da candidatura “Condomínio da Aldeia”.
- Recentemente (em 22/10/2023) o concelho de Tavira foi afetado pela tempestade Bernard, e como resposta efetiva o Serviço de Proteção Civil em coordenação com os diversos agentes, Bombeiros Municipais de Tavira, PSP, GNR local e Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, contando ainda com o apoio dos serviços Municipais, Tavira Verde, Agrupamento 100 dos Escutas e Juntas de Freguesia foi



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

possível responder a mais de 100 ocorrências registadas, com o objetivo de repor minimamente a normalidade, sendo que os trabalhos de recuperação somente foi possível com a colaboração de todos os agentes envolvidos, dando assim uma resposta célere e eficaz.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira reunida a 14/12/2023, delibera:

- 1) Aprovar um Voto de Congratulação pelo trabalho realizado por todos os intervenientes da Proteção Civil do Concelho de Tavira,
- 2) Enviar o presente Voto de Congratulação ao Município de Tavira, assim como a todas as entidades que compõem a Proteção Civil do Concelho de Tavira,
- 3) Remeter cópia da Deliberação que recair sobre esta proposta, à Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para divulgação aos órgãos de comunicação locais, regionais e nacionais e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município.

Tavira, 14 de dezembro de 2023

A Bancada do Partido Socialista



## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### **Dez anos de “Dieta Mediterrânica” como património cultural imaterial da humanidade**

Assinalaram-se, no dia 4 de Dezembro de 2023, os dez anos da inscrição da “Dieta Mediterrânica” na listagem de património cultural imaterial da humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Designada como comunidade representativa de Portugal, Tavira passou a integrar uma lista de sete estados e localidades com culturas mediterrânicas milenares, onde se incluem também Chipre (Agros), Croácia (Hvar e Brac), Grécia (Koroni), Espanha (Soria), Itália (Cilento) e Marrocos (Chefchaouen).

Ao longo destes dez anos, muito foi o trabalho desenvolvido em torno da Dieta Mediterrânica, tendo como objetivo divulgar, salvaguardar e valorizar este património imaterial, transmitindo conhecimentos, registando, promovendo e investigando.

Tavira não esteve sozinha nesta caminhada, muitos cidadãos, associações e entidades locais, regionais e nacionais, que desde a primeira hora, juntaram-se ao Município de Tavira na preparação e elaboração da candidatura e que, ao longo destes anos, têm estado a trabalhar para a divulgação e salvaguarda deste estilo de vida.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 14 de dezembro de 2023, delibera:

- Aprovar um Voto de Congratulação pelos dez anos da inscrição da “Dieta Mediterrânica” na lista de património cultural imaterial da humanidade da UNESCO.
- Felicitar o Município de Tavira e todos os parceiros integrantes da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica, pelo trabalho desenvolvido

em prol da divulgação e do plano de ação e salvaguarda da Dieta Mediterrânica (PASDM).

- Enviar o presente Voto de Congratulação ao Município de Tavira e aos parceiros da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica: CCDR Algarve, Universidade do Algarve, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Direção Regional de Cultura do Algarve, Região de Turismo do Algarve, Escola de Hotelaria e Turismo de Vila Real de Santo António, Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve (Faro), Fundação Portuguesa de Cardiologia – Delegação do Algarve, Associação In Loco, Tertúlia Algarvia, Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e Confraria dos Gastrónomos do Algarve.
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, à Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 14 de dezembro de 2023

Pelos grupos municipais da Assembleia Municipal de Tavira